

INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

TRABALHO DE FIM DE CURSO

**A CONTABILIDADE FINANCEIRA E O CONTROLO DE GESTÃO COMO
INSTRUMENTOS DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO E DEMONSTRAÇÃO
DE TRANSPARÊNCIA NOS PARTIDOS POLÍTICOS**

CASO: PARTIDO POLÍTICO UCID

Kelly Gomes De Brito

Mindelo, Novembro 2014

INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

TRABALHO DE FIM DE CURSO

**A CONTABILIDADE FINANCEIRA E O CONTROLO DE GESTÃO COMO
INSTRUMENTOS DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO E DEMONSTRAÇÃO DE
TRANSPARÊNCIA NOS PARTIDOS POLITICOS**

CASO: PARTIDO POLÍTICO UCID

Kelly Gomes De Brito

ORIENTADOR: Dirceu Do Rosário

Mindelo, Novembro 2014

EPÍGRAFO

“ A lei da mente é implacável.

O que você pensa, você cria;

O que você sente, você atrai;

*O que você acredita, torna-se
realidade.”*

BUDA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais,
irmã, e à minha filha
grata por toda a paciência e apoio.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento muito especial aos meus pais, Bernardino De Brito e Irene Gomes, irmã Keyth De Brito e filha Khyra Moreira, pela paciência, sacrifício, segurança e apoio seja financeiro como emocional durante todos esses anos, pela educação, pelos princípios e moral transmitidos.

A todos os membros da família em especial os Tios Rui Gomes e Herculano Gomes, pelo apoio e pela constante preocupação e desejo de me verem realizada.

Ao ISCEE, a todos os docentes os quais nos cruzamos neste percurso, pelo apoio, pelo esforço na transmissão de conhecimento, e pela amizade. Muito obrigado principalmente ao Professor Carlos Monteiro, quem muito me apoiou e orientou nos ultimos dias de elaboração deste trabalho, ao professor Adelino Fonseca pela disponibilidade e ajuda, aos professores Hernani Soares, Gil Costa, Maria Rosa Cruz, Arsenio Gomes, Afonso Zego e Lia Medina por toda a disponibilidade e ajuda em momentos de duvidas;

Ao meu Orientador Dirceu Rosário, por aceitar a tarefa de me orientar neste trabalho.

A família Miranda, ao Sr. Jose Cabral e família pelo apoio e preocupação demonstrados comigo nesta fase.

Ao Partido UCID, principalmente aos Srs. Antonio Monteiro e João Santos Luis por toda a disponibilidade e cooperação para a realização do meu trabalho.

Aos membros políticos: Alcides Graça, João Gomes e Francisco Dias pela vontade demonstrada em cooperar com a execução da minha monografia.

A todos os amigos colegas e aos especiais, pelo amor, amizade, compreensão, paciência, força e ajuda em todos os momentos : Astrid Fortes, Cacilda Rocha, Carlos Coutinho, Célida Delgado, Darlene Leite, Deisy Correia, Ivandre Das Dores, Josimar Delgado, Lenira Rosário, Leticia Fonseca, Lódia Pires, Marly Cruz, Rony Furtado, Ravidson Delgado, Tania Rodrigues, Telma Santos, Teo Ramos, e Yarine Tavares.

Um obrigado a todos aqueles que se preocuparam e que apoiaram de qualquer forma a execução deste trabalho de fim de curso.

RESUMO

A Contabilidade, a Gestão e seu controlo, são actividades entrelaçadas, que quando bem desempenhas, com mais firmeza uma entidade procede e confronta o seu futuro.

Por mais factos comprovados que se tem acerca da importância destas ferramentas, ainda é possível de se encontrarem empresas, as pequenas principalmente, que não fazem uso, ou pelo menos não o devido uso destas ferramentas.

Há quem considere a informação um sinónimo do poder, e de facto, nesta era de forte dinâmica, concorrência, incerteza, e risco a informação veio a se manifestar como um poderoso meio de defesa e apoio.

E é nisto que a contabilidade e gestão se traduzem, em instrumentos de produção de informação para defesa e orientação das entidades neste meio.

A Contabilidade, auxilia com o fornecimento de dados acerca da posição económica-financeira da empresa, e a Gestão como comando de direcção para onde se quer situar a entidade, tendo como base para partida a informação divulgada pela primeira. Constituem então, práticas as quais, serão persuadidos os Partidos Políticos a utilizá-las, para uma tomada de decisão mais consciente e transmissão de uma transparência por parte dessas entidades a qual tanto se espera.

Este trabalho serve para fortalecer a constante luta pela demonstração da importância duma perfeita combinação destas ferramentas para uma entidade, principalmente entidades do terceiro sector de acordo a classificação dada aos Partidos Políticos, núcleo do trabalho apresentado.

Ainda neste intuito se propõem e se apresenta o Balanced Scorecard, modelo de Kaplan e Norton, como material para uma gestão e controlo de gestão eficazes para uma organização.

Acredita-se com isto, dos Partidos Políticos disporem de um utensílio que vale a pena aplicar na prática e prevalecer, perante a grande observância do ambiente ao qual se encontram.

Palavras-chaves: Contabilidade, Gestão, Controlo de Gestão, Terceiro Sector, Partidos Políticos, Balanced Scorecard.

ABSTRACT

Accounting, Management and its control are interspersed activities, that with a good performance, an entity go along and confronts firmly its future.

As proven facts that have about the importance of these tools, it is still possible to find companies, mostly small, that do not use, or at least not the right use of these tools.

Some people consider the information as a synonym of power, and indeed, in this period of strong dynamics, competition, uncertainty, and risk the information comes to manifest itself as a powerful way of defense and support.

And this is what the accounting and management are reflected, on a information production's tools for defense and guide the entities in their environment

Accounting assists, providing information about the economic and financial position of the company and the management as a steering control used to place the entity, based on the information disclosed by the accounting. So, they are practices which will be persuaded to political parties for a more informed decision-making and transmission of a transparency which is so expected.

This work serves to strengthen the constant struggle for demonstration of the importance of a perfect combination of these tools for an entity, especially the third sector entities according to the classification given to political parties.

Also in this order are proposed and introduced the Kaplan and Norton's Balanced Scorecard model, as a material for an effective management and its control to an organization.

It's believed with this, the Political Parties have an available a tool that is worth to apply in practice because of the observance of the environment where they are.

Key words: Accounting, Management, Management Control, Third Sector, political parties, Balanced Scorecard.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFO	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
INTRODUÇÃO	1
Apresentação do Tema:	2
Justificativa do Tema	3
Objectivos:	4
Utilidade do Trabalho para as comunidades académicas e profissionais.....	4
Limitações	5
CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1.1- Contabilidade	6
1.1.1 -A Importância da Informação Financeira produzida pela Contabilidade	7
1.1.2 - Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras	8
1.1.3- Contabilidade para a tomada de Decisões.....	9
1.2 – Gestão e Controlo de Gestão nas organizações.....	11
1.2.1 – Gestão.....	11
1.2.2 Controlo de Gestão das Organizações.....	12
1.2.3 Princípios do Controlo de Gestão.....	12
1.2 – Os Partidos Políticos	14
1.3.1 - Objectivos dos Partidos Políticos.....	15
1.4 – Enquadramento Económico e Jurídico- Legal dos Partidos Políticos em Cabo Verde..	16
1.5 – A Gestão, o Controlo de Gestão e Prática Contabilística dos Partidos Políticos em Cabo Verde.....	18
1.5.1 - A Gestão e Controlo de Gestão nos Partidos Políticos	18
1.5.2 – Prática Contabilística dos Partidos Políticos	19
1.5.2.1 - Prestação de contas	20
1.5.2.2 - A Elaboração das Demonstrações Financeiras	21
1.5.3 Rubricas das Demonstrações Financeiras dos Partidos Políticos: As fontes de financiamento (Receitas e as Subvenções) e as Despesas.....	23
1.5.3.1. As Fontes de financiamento	23

1.5.3.2. Despesas Partidárias	26
1.6 – Contabilidade e Controlo de Gestão para Transparência na organização	28
1.7 – Proposta e apresentação do <i>Balanced Scorecard</i> como modelo de controlo de gestão nos Partidos Políticos.....	29
2.3.1 – Balanced Scorecard	30
2.3.1.1 Componentes do <i>Balanced Scorecard</i>	32
2.3.1.2 – Princípios deste modelo:	34
2.3.1.3 Vantagens e Desvantagens do modelo de <i>Balanced Scorecard</i>	36
2.3.1.3 – Fases de Implementação do <i>Balanced Scorecard</i> , (Modelo Kaplan & Norton): .	37
CAPITULO II – METODOLOGIA	40
CAPITULO III – ESTUDO DE CASO	41
2.1 Breve caracterização da entidade	41
2.2 Análise dos resultados.....	42
2.2.1 Aspectos relativos a Contabilidade do Partido.....	46
2.2.2 Aspectos relativos a Transparência, Tomada de Decisão e Gestão.....	47
2.3 Simulação da aplicação do modelo BSC, para o Partido UCID:	49
2.4 – Apreciações finais e recomendações	51
CAPÍTULO IV– CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	53
3.1 - Conclusões	53
3.2 – Recomendações.....	54
BIBLIOGRAFIA.....	IX
ANEXOS.....	XIII

INDICE DE FIGURAS

Ilustração 1 - O <i>Balanced Scorecard</i> e suas perspectivas	31
Ilustração 2 - Exemplo Mapa estrategico	33

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Lista dos Mapas requeridos para organização e prestação de contas ao Tribunal de Contas.....	22
Tabela 2 - Despesas ocorridas nos seguintes períodos:.....	42
Tabela 3 - Receitas ocorridas nos seguintes períodos:	43
Tabela 4 - Receitas versus Despesas	44
Tabela 5 - Resumo contas gerência.....	44
Tabela 6 - Produto passível de resultar da aplicação do BSC de Norton & Kaplan no partido político – UCID.....	50

INTRODUÇÃO

A transformação na ordem económica foi um dos grandes sucedimentos que ocorreram nos finais do século XX, início do século XXI, dado o espontâneo evento designado Globalização.

Assim os primeiros blocos económicos surgem entre países que se unem para fomentar as relações comerciais. Os primeiros sinais de querer uma vantagem económica e comercial também são “arrastados” junto dessa união.

Estamos ainda no desenrolar da globalização, porém essa mesma ambição surge em blocos agora mais restritos, como a economia de um país, de uma sociedade e por fim entre empresas.

A competência e capacidade de permanecer num meio fortemente concorrido e de constante mutação, no qual muitas vezes na mesma altura que se pretende reagir perante a acção de um concorrente, é altura de reagir perante mudanças ambientais, exige a propriedade de ferramentas que ajudem na escolha a fazer, e que nos preparem em novos acontecimentos ou que pelo menos nos indiquem a consequência da escolha feita.

Os responsáveis pelos percursos das organizações precisam de utensílios para adquirir estas habilidades e competências, de forma a decidir firmemente, gerir e ter noção dos resultados das suas acções.

Por isso, vai-se de encontro à contabilidade e controlo de gestão, como os instrumentos fundamentais que permitam desenvolver essas capacidades e alcançar um bom desempenho das entidades.

É neste contexto que se passa a apresentar o trabalho intitulado “A Contabilidade Financeira e o Controlo de Gestão como instrumentos de apoio à tomada de decisão e demonstração de transparência nos Partidos Políticos. Caso Partido Político UCID ”, demonstrando como essas duas ferramentas podem operar para auxiliar os gestores na tomada de decisão e transparência destas entidades.

Apresentação do Tema:

A disputa por uma boa posição e sua manutenção no meio, para a sustentabilidade de uma organização, é cada vez mais intensa num mercado em que relações comerciais já foram um grande triunfo. Com isso, a atracção de pessoas para esta prática tem vindo a ter um enorme aumento.

Contudo, nem todas conseguem encontrar o local estável ou permanecer sempre nele. Medidas e decisões nem sempre aconteceram nos momentos oportunos.

Estudos, teorias e técnicas não faltam para apoiarem a todos os que o pretendem. Alguns usufruem destas, outros nem por isso, mas mesmo assim a chamada de atenção para aqueles que realmente querem um estatuto no meio económico/comercial continua.

A contabilidade financeira e de gestão, mais concretamente o Controlo dessa gestão, são das ferramentas que se apoiam mutuamente aquando da sua implementação numa organização, para munir os responsáveis no exercício da sua função de direccionar a empresa ao sucesso futuro.

Fornecem uma conjuntura de informações óptimas para a orientação da entidade, em relação a sua posição, em relação a acções a executar e medidas a tomar, e da verificação destas medidas como sendo ou não as ideais para o alcance das suas metas.

Toda esta informação é disposta pelo uso e aplicação das técnicas e modelos específicos que decompõem cada uma, que propõem, alternativas de acções a escolher e executar.

Ainda constituem forte apoio à tomada de decisão pelos responsáveis nestas e pelos utentes das mesmas, permitindo ainda a interpretação por cada um de um certo nível de transparência.

Em virtude disto, o trabalho a seguir, servirá de material para dar a conhecer, o nível de utilização pelos Partidos Políticos, das informações da Contabilidade, do desempenho da Gestão e possíveis medidas de controlo para a tomada de decisão e demonstração de transparência.

Justificativa do Tema

Brevemente pode-se fazer a justificativa do tema nos seguintes pontos básicos:

- O primeiro “ porquê” de desenvolver este trabalho, é o facto de não se ouvir falar muito na contabilidade de partidos políticos, suas práticas, suas regras, se há ou não algo excepcional para o caso dos partidos políticos (alguma alteração de regra, algum regime em especial, etc.), uma prática que, para alguns profissionais, por ainda não terem tido contacto com este tipo de trabalho também não tem um conhecimento certo de como o fazer.
- Querer saber como funciona a gestão e o controlo dessas organizações que para além de participarem na situação económica, financeira, social do nosso país, ainda são as potenciais organizações responsáveis para uma situação futura do mesmo.
- Verificar até que ponto os líderes são cautelosos na tomada de decisões que envolvem o futuro de um povo, e a que níveis estão sendo leais quanto aos resultados do seu desempenho.
- Um outro ponto é o de não se ter ainda registado trabalhos feitos nesse núcleo nem tanta bibliografia específica para estes casos a nível nacional, o que apesar de apresentar-se como um obstáculo foi encarado mais para um desafio pois significa que está-se a criar valor bibliográfico.

Apesar da contabilidade nos Partidos Políticos ser algo feito em Cabo Verde, e que a existência destes pode indicar sinal de alguma gestão e de termos quem fiscalize todo o processo, decerto um estudo actualizado desta prática sempre seria bem estimado, pois sempre corre-se o risco de que com a constante mudança que vivemos no dia-a-dia, surja alguma lacuna ou encontre-se alguma falha ou actualização pouco divulgada a se dar a conhecer.

Objectivos:

○ **Objectivo Geral:**

O trabalho elaborado tem presente como objectivo geral, ver qual o contributo que a informação contabilística, a gestão e o seu controle proporcionam na tomada de decisão e para reflexão da transparência dos Partidos Políticos.

○ **Objectivos Específicos:**

- Identificar se há uma prática contabilística nos Partidos Políticos;
- Verificar se estas organizações seguem devidamente as práticas contabilísticas a que a elas se deve aplicar;
- Verificar qual o grau de eficiência na gestão;
- Averiguar se controlam a gestão a que estão sujeitos;
- Informar acerca do uso da informação produzida por estas ferramentas.

Para o cumprimento dos objectivos estabelecidos no decorrer do trabalho será respondida a questão: “ Terão os Partidos Políticos, uma contabilidade, gestão e controlo de gestão adequados para toda a influência que exercem na sociedade e num país? ”.

Utilidade do Trabalho para as comunidades académicas e profissionais

O âmbito académico deste trabalho trará novo conhecimento em relação a incidência da contabilidade em outros territórios profissionais, que as vezes, não são mencionados durante todo o processo de formação superior e que uma vez formados e integrados no mercado de trabalho poderão vir a trazer certas dúvidas.

Também divulgará informação acerca da gestão e seu controle nas entidades, principalmente as sem fins lucrativos que não tem sido objecto de muito valor a aplicar na prática, constituindo um problema nestas que poderá se extrapolar para o ambiente económico, social e financeiro do país.

Não se pode deixar de mencionar que este trabalho criará valor bibliográfico podendo vir a servir de base para desenvolvimento de novos trabalhos ou quem sabe extensão deste por outras vias como forma de obtenção de mais conhecimento, e por estudar um caso trazer melhorias para a núcleo em estudo.

Em termos profissionais, é possível encontrar no mercado uma parte de contabilistas profissionais que desconhecem a forma de prática contabilística adequada para essas entidades neste sector, que desconhecem se existem ou não práticas próprias para a contabilidade dos partidos políticos, e se caso não existam, como então proceder ao enquadramento destes na contabilidade usual. Pode ainda vir a se verificar se existem falhas na forma de gestão e controlo de gestão nestas que as deixam nas situações difíceis que apresentam e surgir meios de correcção.

Limitações

A ideia inicial era investigar acerca de todo o processo contabilístico elaborado por todos os Partidos Políticos de Cabo Verde, o que se procederia com investigação na sede do MPD e PAICV na Cidade da Praia e na sede da UCID em Mindelo.

Porém, não tanto por falta de meios para uma deslocação à fonte mas também pela forma em que se estabelecem regras nestas entidades, algumas mostrando-se mais “fechados” para este tipo de investigação levou com que o estudo do caso se restringisse somente ao Partido da UCID, o único que desde o início demonstrou-se disposto a apoiar na realização deste trabalho.

Ainda como poderemos ter conhecimento mais a frente, dada a quantidade de dados produzidos e disponibilizados, não foram suficientes para agregar valor próprio de um trabalho de fim de curso, facto que se verificou em última instância, sendo sugerido acrescentar uma vertente da gestão, mais concretamente o controlo de gestão a se estudar na mesma entidade.

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1- Contabilidade

Conceitos vários

A contabilidade como se tem conhecimento é das ciências mais antigas desde então estudadas, utilizada basicamente desde os primórdios para conhecer/controlar activos (bens e serviços) e passivos (obrigações) e com isso ter conhecimento do património líquido, (Quatrin, O. Garcia & E. Garcia, 2010).

Assim, a contabilidade veio se desenvolvendo gradativamente e bem como outras ciências, ampliou e se subdividiu em várias outras áreas; Graças a essa subdivisão em diferentes ramos tem-se a conveniência de se obter mais conhecimento, ser mais previsível nas várias disciplinas contornadas por esta, (Quatrin et al. 2010).

Com o andar dos anos, a contabilidade passou por vários processos de actualização, modificando e aperfeiçoando-se assim, através de um conjunto de novos pontos de vista, tanto para a apuração de informações como elaboração de relatórios.

“A contabilidade é uma ciência que estuda os fenómenos que alteram o património preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”, conceito atribuído por Sá (1999, p. 56) apud Quatrin, et al.(2010).

Outro conceito de contabilidade em atenção por Quatrin, et al. (2010), na concepção de Andersen (1994) é que, “A contabilidade é, objectivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza económica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objecto da contabilização”.

Muitíssimas são as definições que vamos encontrar, e uma cada vez mais apropriada que outra para explicar esse sistema.

Pode-se entender então que, a contabilidade nada mais é, que um processo de elaboração de documentos (as demonstrações financeiras), as quais são constituídas por registos de ocorrências no património financeiro das entidades por efeito da gestão

dessas, oferecendo conclusivamente informações acerca das alterações sucedidas, e da situação actual auxiliando na tomada de decisão.

1.1.1 -A Importância da Informação Financeira produzida pela Contabilidade

A grande quantidade de informação, dada as varias fontes desta, ao qual as entidades devem fazer face, exige uma gestão eficaz nas empresas. Dentre estas fontes há a contabilidade que como ciência responsavel para mensurar, registar e comunicar factos relacionados com a actividade operacional tem como função fulcral suprir os gestores de informação relevante para capacitá-los no alcance dos objectivos da organização com um uso eficaz e eficiente dos recursos disponiveis, Beuren 2000 apud (Freitas & Stroehrer, 2008).

A informação reunida, que ajuda numa variedade de decisões operacionais e administrativas, de caracter precioso, só é realmente valiosa se for informação que seja fiável e chegue ao utente a tempo oportuno, resumindo-se assim naquilo que os gestores vem procurando.

A Contabilidade tornou-se uma ferramenta de suma importância para o controlo do património de entidades seguida pela demonstração das informações financeiras, além da prestação de contas, mas também por reflectir os efeitos da gestão nas entidades ou seja o desempenho dos gestores nestas. Lima (2013).

Num dos elementos importantes, parte do SNCRF, a “Estrutura conceptual”¹, nos parágrafos de §19 a §43, encontra-se a definição dos atributos necessários que fazem da informação financeira proporcionada, a ferramenta de grande valor, as chamadas **“Características Qualitativas das Demonstrações Financeira”**.

¹ - SNCRF – Sistema de normalização contabilística e de relato financeiro, fala da harmonização das normas cabo-verdianas de contabilidade com as internacionais. A Estrutura Conceptual, parte constituinte deste sistema que contribui para sue compreensão enquadramento e uniformização apoiando também na orientação dos procedimentos técnicos para a implementação deste.

1.1.2 - Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras

- Compreensibilidade;
- Relevância;
- Fiabilidade;
- Comparabilidade.

Em breve noção, uma explicação de cada atributo:

A compreensibilidade – necessidade da informação financeira ser rapidamente compreensível para os utentes, presumindo-se com isto que estes últimos tenham um conhecimento base das actividades empresariais e económicas e da contabilidade.

A Relevância – para ser útil a informação também deve ser relevante para a tomada de decisão. O que se pretende com isto dizer é que esta informação seja já por si só capaz de influenciar as decisões dos utentes

O nível de relevância pode ser afectado pela sua natureza e materialidade. Pode acontecer da natureza desta ser por si mesma suficiente para determinar sua relevância.

A materialidade também é algo que pode influenciar o nível de relevância de uma informação, pois uma informação material pode com sua omissão ou inexactidão fazer alterar a decisão dos utentes. Com isto é de salientar que também a materialidade varia com a dimensão do item ou do erro julgado aquando da sua omissão ou distorção.

A Fiabilidade – o próprio nome já nos remete a matéria do atributo - a informação deve ser fiável. Uma informação fiável, isenta de erros podendo dela dependerem os utentes e ostentarem fidedignamente o que ela mesma representa ou pretenda representar.

A Comparabilidade – a elaboração da informação deve ser feita tendo sempre presente o conceito desta ser passível de comparação ao longo do tempo podendo-se identificar as tendências o desempenho e as alterações da posição financeira da entidade.

A informação deve ainda ser elaborada de forma que seja possível a realização de uma comparação entre informações financeiras de diferentes entidades, até mesmo de diferentes países para os mesmos efeitos anteriormente mencionados.

1.1.3- Contabilidade para a tomada de Decisões

Tornou-se notório há já algum tempo, a velocidade da dinâmica que envolve o homem, a sociedade, a ciência. A contabilidade evidentemente como ciência, também compulsada a acompanhar essa dinâmica teve que se enquadrar e dar respostas às necessidades a cada dia sentidas, Dos Passos (s/d, pág. 2).

Por ser uma ciência social aplicada incumbe-se a esta as tarefas de reunir, registar, armazenar, analisar e resumir os acontecimentos que afectam o património económico-financeiro das entidades, Beuren 2000, apud (Freitas & Stroher, 2008). Esta capacidade de fazer isso resulta no chamado “jogo das partidas dobradas” uma metodologia que permite um registo constante e assertivo dos factos contábeis.

Estando os factos contábeis devidamente abordados, passa-se a dispor de uma ferramenta fulcral que possibilita a emissão de relatórios e pareceres com finalidade de retratar a posição financeira da empresa para os grupos de pessoas e de interessados que necessitam desta informação.

A toda a hora tomamos decisões na vida quotidiana, na vida profissional, desde decisões mais simples às mais complexas. No mundo organizacional o processo não é diferente, os gestores estão diariamente tomando decisões (escolhendo entre alternativas, obedecendo a critérios estabelecidos) sobre seus negócios, devendo optar por estratégias, mercados, produtos, pessoas, preços, entre muitas outras circunstâncias. Decisões relativas a investimentos, expansão ou redução de negócios/linhas de produtos, reduções de custos e/ou aumentos de preços, financiamento das actividades, captação de recursos, etc. Sendo que todas essas decisões necessitam de informações, dados que quantificam os prováveis resultados a obter e possibilitem uma melhor análise das alternativas apresentadas, (Dos Passos, s/d).

Segundo Johnson & Meigs 1977 in (Freitas & Stroher, 2000), as informações contabilísticas são necessárias em toda a área de controlo administrativo.

Freitas e Stroher 2000, acrescentam que segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 1986), a contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto as suas

finalidades pois em última análise, por meio de suas avaliações do progresso da entidade, propicia melhor conhecimento sobre as condições financeiras de rentabilidade e indirectamente auxilia os accionistas, investidores e tomadores de decisões a aumentar a sua riqueza/ criar valor.

Ajuda-os a tomar decisões de forma bem planeada, mais exacta, monetária (traduzida em números) os prováveis benefícios ou malefícios de cada acto, permitindo que estes observem e avaliem o comportamento das organizações, o grau de acerto e desacerto das decisões feitas no passado, comparem os resultados de um período com outros períodos ou outras organizações, verifiquem de forma contínua o cumprimento pelas organizações dos objectivos previamente traçados e identifiquem tendências de comportamento futuro por parte destas (Lima 2013).

A contabilidade é a principal fonte de informação para os stakeholders, fornecendo a informação relativa a posição financeira (os recursos económicos que ela controla e sua alteração), a estrutura financeira (a liquidez e solvência para prever sobre a sua capacidade no que se refere aos compromissos financeiros), o desempenho da entidade em particular o lucro e ainda informação acerca das suas actividades operacionais, de financiamento e de investimento.

Reúnem-se assim todas as componentes para uma tomada de decisão de base sólida ajudando na criação de oportunidade de crescimento com foco no sucesso futuro de cada entidade, pelo que, apenas um elemento destes não serve por si só para proporcionar informação satisfatória para cada necessidade de utente.

1.2 – Gestão e Controlo de Gestão nas organizações

1.2.1 – Gestão

A tarefa de Gerir, é uma actividade de grande responsabilidade dentro duma empresa que como qualquer outra funciona sobre um princípio de continuidade. O responsável por esta função tem em mãos o sucesso ou fracasso desta.

A este mesmo, incumbe o encargo de optimização do funcionamento da organização, através de tomada de decisões racionais e baseadas na recolha e tratamento de dados e informação relevante, contribuindo ainda desta forma para o desenvolvimento e satisfação dos interesses de todos os colaboradores ou proprietários e até mesmo da sociedade ou do grupo de indivíduos que pretendem um fim comum.²

O desempenho ou sucesso de uma entidade, que é o resultado de uma boa gestão, é alcançado desde que haja uma boa coordenação e aplicação dos recursos captados para agregar valor a mesma.

Para isso, a gestão actua com a sua função:

- Planeamento – definir objectivos, e a forma como os atingir;
- Organização – definir as inter-relações entre as funções na organização a desempenhar;
- Direcção – Coordenar a execução daquilo planeado;
- Controlo – Controlar o resultado, comparando-o com os objectivos inicialmente estabelecidos e verificar, em caso haja necessidade, as correcções a proceder.

Contudo, o estilo de gestão varia de empresa para empresa, e não é aconselhável que seja sempre o mesmo, devendo adaptar-se e renovar-se constantemente, fazendo o chamado Controlo de Gestão.

² - Disponível em : <http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/gestao.htm>

1.2.2 Controlo de Gestão das Organizações

Como a aplicação de uma boa gestão, também é importante a manutenção e acompanhamento da mesma, pois assim assegura-se o cumprimento de melhor forma dos princípios inicialmente traçados.

Como ultima função da própria gestão temos o controlo da mesma como garantia do de cumprimento de suas funções.

Ter em atenção o processo de gestão, ou seja, executar o seu controlo nas diversas áreas é uma acção fulcral para a sobrevivência e futuro de uma organização.

O controlo de gestão, é um sistema que produz informação para avaliar o desempenho de uma organização nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial.³

É também, um conjunto de instrumentos que motivem os responsáveis descentralizados a atingirem os objectivos estratégicos da empresa, privilegiando a acção e tomada de decisão em tempo útil e favorecendo a delegação de autoridade e responsabilização (das Neves e Rodrigues, 2011).

O controlo de gestão tem assim como funções principais, por um lado, prevenir a ocorrência de situações indesejáveis que possam desviar a empresa dos objectivos a que se propôs, e por outro, promover acções que a conduzam o mais correctamente aos seus próprios objectivos. Este procedimento é de aplicação geral para qualquer empresa, utilizando-se técnicas próprias de integração do sistema numa entidade⁴.

1.2.3 Princípios do Controlo de Gestão

O Controlo de Gestão estabelece princípios de natureza diversa, descentraliza e delega poderes aos respectivos responsáveis de cada secção, o que conduz a uma boa coordenação e organização de convergências de interesse entre cada um destes.

³ – Disponível em: <http://www.portal-gestao.com>

⁴ – Disponível em: <http://www.infopedia.pt>

Determina que as decisões devem ser traduzidas em acção, quantificando o futuro e actuando mais sobre os homens do que sobre números, pois o horizonte do mesmo é o futuro da organização e não apenas o passado desta.

Os instrumentos deste sistema não se referem apenas a dimensão financeira da mesma, e o sistema de sanção e recompensa pelas boas e más decisões fazem parte deste, (Valadeiro e Meireles, s/d).

Dado o avanço do conhecimento da sociedade em todo o mundo, surgem novas oportunidades empreendedoras em todos os setores e a consequente necessidade de desenvolvimento de novos mecanismos de controle, mensuração e informações para avaliação de desempenho e tomada de decisões.

Para a orientação da entidade da forma planeada para alcance dos objectivos traçados, recorrer-se-á então, a estes modernos instrumentos de controlo de gestão, que, com um bom entendimento e aplicação, a organização será capaz de atingir as metas estabelecidas com eficácia ou pelo menos reduzir o desvio que tem entre aquilo que realiza daquilo que pretende alcançar.

De entre os vários instrumentos modernos do Controlo de gestão, pode-se destacar alguns que talvez por mais utilidade ou uso público, são frequentemente bem conhecidos: o EVA (Economic Value Added- Valor economico agregado), ABC (Activity based costing – Custeio baseado em actividades), ABM (Activity based management – gestão baseada em actividades), MVA (Market value added – valor de mercado adicionado), BSC (Balanced Scorecard), Contolo Orçamental, entre outros.⁵

A adopção por parte das empresas dessas ferramentas ajuda no desenvolvimento de uma cultura estratégica, na constituição de um sistema de informação gerencial que é algo de extrema importância para a tomada de decisões⁶.

Resumindo segundo Merchant e Der Stede (2003), (apud De Resende, 2007), o Controlo de Gestão compreende todos os mecanismos ou sistemas de gestão utilizados por uma organização para assegurar que os comportamentos e decisões dos seus trabalhadores são consistentes com os objectivos e estratégias da organização.

5 - https://www.google.cv/?gws_rd=cr&ei=E3M1VNmaN4HUO9-MgHA#q=instrumentos+modernos+de+controlo+de+gestao

6 - Idem

1.2 – Os Partidos Políticos

Noção Partidos Políticos

Igualmente a qualquer outra instituição criada e que ainda exista, os Partidos Políticos desempenham um papel na esfera socioeconómica de qualquer sociedade/país de especial importância devido ao peso do seu poder de representação que se faz sentir no meio envolvente. Sendo assim, nada mais preciso do que começar com uma definição dada pelo próprio regime responsável pela regulamentação destas entidades.

De acordo ao que consta na Legislação Parlamentar Essencial, Regime dos Partidos Políticos, na Lei nº 102/V/99’:

“ Por mandato do Povo a Assembleia Nacional decreta nos termos da alinea b) do artigo 186 ° e da alinea h) do artigo 187° da Consituição o seguinte:

CAPITULO I, Titulo I

Art. 1º (Objecto) – “São partidos políticos as associações de cidadãos, de carácter permanente, âmbito nacional e constituídas com o objectivo fundamental específico de participar democraticamente na vida política do país e de concorrer, de acordo com as leis constitucionais e com os seus estatutos e programas publicados, para a formação e expressão da vontade política do povo e para a organização do poder politico, intervindo no processo eleitoral mediante a apresentação ou o patrocínio de candidaturas. ”

Seguem-se alguns exemplos que demonstram a variedade de conceitos apresentados por diferentes autores com diferentes pontos de vista relativamente a como definir os Partidos Politicos:

“Associação de carácter permanente, organizada, para a intervenção no exercício do poder político, procurando com o apoio popular a realização de um programa de fins gerais. O partido envolve, pois: uma base de militantes, autonomia perante os órgãos formais do Estado, duração por tempo indefinido, serviço de interesse geral, vocação para o exercício do poder e dependência de apoio popular” (Da Cruz, 2012).

Segundo Gouveia e Cabrita em “Partidos Políticos, pág.1”, a definição dos partidos políticos é de um grupo de pessoas colectivas de tipo associativo, com carácter de permanência, tendo por finalidade representar a colectividade ao nível dos órgãos de poder político, assim contribuindo como peças fundamentais para o funcionamento do sistema de poder instituído.

Ainda para o escritor e político Cabo-Verdiano, Doutor Onésimo Silveira apud (Da Cruz, 2012), “Partido é, essencialmente, uma configuração organizativa à qual se associam um conjunto de funções específicas. São essas funções, de controlo associativo, ideológico e filosófico, que lhe conferem uma tipicidade própria”.

Teríamos uma infinidade de conceitos, caso não fosse possível extrair o essencial de cada um, o que no final torna possível a obtenção da ideia básica do que é um Partido Político. Portanto ter-se-ão em conta as acepções acima citadas para acompanhamento deste trabalho as quais resumem muito bem o conceito em causa.

1.3.1 - Objectivos dos Partidos Políticos

Os líderes de cada partido político são os responsáveis eleitos pelo povo com a finalidade de servir do poder representativo deste perante o governo, para defendê-los e apoiá-los, e passar a sua mensagem para a conquista do melhor que têm em vista.

São entidades criadas com o objectivo de garantir o cumprimento de um regime democrático, a veracidade do sistema representativo, e defender os direitos fundamentais enunciados na Constituição, Da Silva (2012).

No Artigo 3º do Regime Dos Partidos Políticos de Cabo Verde, encontramos explicitamente as tarefas tidas como objectivo dos Partidos.

Artigo 3º (Fins) - Com vista à prossecução dos seus objectivos, os partidos políticos poderão propor-se designadamente:

a) Contribuir para o exercício dos direitos políticos dos cidadãos e para a determinação da política nacional, através de meios democráticos;

- b) Definir programas de Governo e de administração;
- c) Participar na actividade dos órgãos do Estado e das autarquias locais;
- d) Apreciar, livremente, os actos dos órgãos e serviços do Estado e das autarquias locais;
- e) Promover a educação cívica e o esclarecimento político dos cidadãos, estimular a sua participação na vida política e contribuir para a formação da opinião pública e da consciência nacional e política;
- f) Estudar e debater os problemas da vida nacional e internacional e tomar posições perante eles;
- g) Em geral, contribuir para o desenvolvimento das instituições políticas democráticas.

Os Partidos Políticos têm a sua posição própria e fundamental a ocupar na sociedade por desempenharem um papel de elevado grau de importância que é o de ser intermediário entre o governo ou poder público e todo o conjunto de cidadãos. “São condutores de interesse de determinada classe social”,(Duverger, apud Santos, 2012).

1.4 – Enquadramento Económico e Jurídico- Legal dos Partidos Políticos em Cabo Verde

Dado o surgimento da necessidade de um sistema de actividades humanas mais consolidado e organizado, criou-se no seio social deste ser, uma série de divisões e classes como forma de se dar resposta a cada área específica de incidência do mesmo.

Economicamente dispõe-se de (3) três sectores na economia de um país: o primeiro sector como sendo o governo, o Estado, e os outros órgãos intimamente ligados a estes. Em resumo é o sector público o principal responsável pelas questões sociais.

O segundo sector é o privado com preocupações individuais acerca do mercado, constituído pelo conjunto das empresas que exercem actividades privadas, ou seja, atuam em benefício próprio e particular, (Zanluca, s/d).

O Terceiro Sector é o sector das entidades que não tem como finalidade o lucro, as organizações não-governamentais e as da sociedade civil.

De acordo à explicação sobre cada um dos sectores económicos, será possível verificar que mediante a natureza de actividade de cada entidade assim será o seu enquadramento no seio de cada sector. Na variedade de conceitos dados por autores sobre esses sectores, muito facilmente poderemos ser induzidos a dúvidas de onde enquadrar os Partidos Políticos.

No presente trabalho estabelece-se o pressuposto de enquadramento dos Partidos Políticos no terceiro sector, por ter-se este último como o sector ideal para integração dos mesmos. A partir deste ponto então passa-se a tratar os Partidos Políticos como entidades do terceiro sector.

O Terceiro sector é o sector que engloba todas as entidades de finalidades não lucrativas que executam acções algumas das quais complementares a uma das finalidades do estado que é o bem-estar comum dos indivíduos na sociedade, e que através de uma linha de captação de recursos dos outros sectores consegue sustentar o fim para a qual foram criadas.

Apresenta características como: existirem primeiramente para um fim social e não económico, serem independentes do Estado, não estando sujeitos a controlo político directo; Não distribuem lucros aos sócios (donos ou associados). Reinvestem os excedentes financeiros nos seus serviços tornando-se instrumento para alavancar as acções que atingirão seus reais objectivos.

Características estas, que vão de encontro com os objectivos e características dos Partidos Políticos anteriormente vistos.

Do ponto de vista jurídico- legal, os partidos políticos são entidades que dispõem de um regulamento específico e próprio. Não se encontram, apesar de serem entidades sem fins

lucrativas e do terceiro sector, reguladas pela Lei nº 25/VI/2003 que regula a jurisdição geral das entidades sem fins lucrativas, pois aos Partidos esta não se aplica.

São contudo, regulados pela Lei de regulamentação dos Partidos Políticos que encontra-se na Legislação Parlamentar Essencial, da Assembleia Nacional (2011), designadamente no Regime dos Partidos Políticos, a Lei nº 33/V/97' do B.O nº 25 de 30 de Junho de 1997.

1.5 – A Gestão, o Controlo de Gestão e Prática Contabilística dos Partidos Políticos em Cabo Verde.

1.5.1 - A Gestão e Controlo de Gestão nos Partidos Políticos

Os Partidos Políticos como entidades de carácter sem fim lucrativo, ou entidade do terceiro sector são as organizações nas quais a gestão e o seu controlo facilmente podem afectar o seu desempenho, pelo que, a ausência destes, pode abrir portas à uma forte debilidade e à necessidade de uma boa resistência no meio em que se encontram.

O cumprimento dos objectivos sociais ao qual foram criados, é uma grande preocupação dos líderes destas. Ao pretenderem permanecer inseridas no ambiente em que actuam, de grandes e rápidas mudanças, a gestão deve ser de excelência.

O manuseamento dos recursos de origem pública é uma situação delicada que atrai muito a atenção sobre o seu uso.

Os Partidos Políticos, funcionam à base desses recursos e daqueles obtidos pelo Estado, com um dos objectivos que é de identificar, debater e estudar problemas de nível social e económico da vida nacional e tomar decisões perante estes, R.P.P (2011).

A interacção que deve existir entre os Partidos e a sociedade, permite o uso de meios para o povo ter em atenção e ter detalhes acerca do desempenho dos mesmos, que se não for de acordo ao mínimo esperado pode abalar o desenvolvimento, e continuação do Partido.

Por isso, a gestão deve ser executada da melhor forma possível, e aconselha-se a um contínuo controlo desta actividade. A forma de proceder a este controlo de gestão é usar dos seus instrumentos eficazes de acompanhar os procedimentos de alcance dos

objectivos. Ferramentas que analisam toda a gestão efectuada, que permitem a identificação de eventuais desvios e que sirvam para procurarem novas e melhores opções. Através delas, estas entidades melhoram a sua posição competitiva, e aplicam planos que apoiam na aquisição de novos militantes, novas estratégias, novos recursos, etc.

O ambiente político é tão concorrencial como em qualquer outro ambiente organizacional, as mesmas estratégias e acções não funcionam se forem executadas repetidamente, pelo que novas medidas são necessárias, exigindo renovação e verificação de acordo àquilo pretendido. Portanto o controlo de gestão nessas entidades tem tanta importância quanto a própria gestão, pois é através deste que é possível melhorar cada vez mais a gestão efectuada nelas.

1.5.2 – Prática Contabilística dos Partidos Políticos

Os Partidos Políticos enquanto entidades, apresentam como qualquer outra, a obrigatoriedade de manter uma contabilidade organizada, artigo 33º do Regime dos Partidos Políticos, Lei nº 102/V/99.

Artigo 33º: (Regimento contabilístico) “1. Os partidos políticos devem possuir contabilidade organizada, que discrimine todas as receitas e despesas efectuadas pelo partido, indicando de forma precisa a origem e o objecto destas, bem como os documentos de suporte dos respectivos lançamentos e permita verificar o cumprimento das normas e obrigações previstas na presente lei.”

Estas entidades são elementos participantes e importantes para o sistema político, um dos pilares de sustentação e organização de um país, devendo por isso funcionar da forma mais correcta e clara possível.

Os Partidos Políticos são entidades que como se conhece são um tanto desprovidos de credibilidade em matéria económica e financeira, de modo que a contabilidade apresenta-se como uma ferramenta importante no apoio ao estabelecimento desta credibilidade demonstrando que existe controlo e as regras a cumprir são fiscalizadas.

Ainda a Contabilidade impõe-se como uma ferramenta indispensável nas acções realizadas nestas organizações, por ser definida como o método de identificar, mensurar

e divulgar informações com a finalidade de proporcionar julgamentos e decisões adequadas para os usuários internos e externos, Lima (2013).

Para entidades deste sector, o nosso normativo não dispõem de uma norma específica para o tratamento dos dados contabilísticos e elaboração das demonstrações financeiras, contudo não exclui em nenhum momento a elaboração destes documentos por parte destas.

Dado que as normas de relato financeiro presentes no nosso SNCRF sejam a adopção das normas internacionais emitidas pelo *Financial Accounting Standard Boards* (FASB), (Decreto Lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro), recorre-se assim a FASB nº 117⁷ que concede recomendações acerca da contabilidade nas organizações sem fins lucrativos como base para regulamentação contabilística deste tipo de entidade em complemento do uso das normas do nosso SNCRF para classificação e registo de factos contabilísticos.

Nesta parte da matéria, dois pontos importantes são de se identificar e passar a explicar: A prestação de contas e a elaboração das demonstrações financeiras.

1.5.2.1 - Prestação de contas

A prestação de contas como sequência de uma contabilidade organizada, também é para os Partidos Políticos tão significativa como para as outras organizações, não se resumindo à simples apresentação de documentos.

De acordo ao código eleitoral, artigos 121º a 125º, que escreve informação acerca da prestação de contas dos partidos, deverão ser os documentos contabilísticos requeridos primeiramente pela entidade responsável pela fiscalização dos mesmos, elaborados pelo responsável estabelecido internamente e no estatuto, apresentados no prazo requerido e publicadas no B.O e um dos jornais mais lidos do país.

⁷ – Disponível em: <http://www.fasb.org/cs/> , Financial Statements of Not-for-Profit Organizations: “ Norma financeira das organizações sem fins lucrativos, nº 117

Os partidos políticos pela lei nº 84/IV/93, artigo 3º, nº 3, Jurisdição do Tribunal de Contas, são obrigados a prestar contas a esta entidade e serem fiscalizados nesta matéria pela mesma, respeitando ainda todas as demais regras estabelecidas por esta, artigos 1º, 2º, e 9º, bem como de seguir as instruções acerca das contas a preparar para apresentação.

Este acto associa um certo nível de confiança a estas entidades, ajudando a torná-las mais credíveis perante o juízo que se faz destas na sociedade, mostrando que afinal existem formas de controlo sobre estas.

1.5.2.2 - A Elaboração das Demonstrações Financeiras

A contabilidade num simples procedimento resume-se na produção de informação financeira por meio do acto de registo de activos e passivos determinando o património líquido (e posição deste) e de factores que levam á sua alteração e as alterações ocorridas.

Este procedimento, para qualquer entidade, respeita o conjunto de normas de relato financeiro do nosso SNCRF para a correcta classificação e registo de todos os movimentos. Também respeita a própria norma de relato financeiro que prescreve as bases para a apresentação das demonstrações financeiras, estipulando como conjunto completo de demonstrações, a elaboração dos seguintes mapas: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração alteração capital próprio, Demonstração de fluxo de caixa e Anexos.

E é desta forma que também o regime de partidos políticos, estipula a elaboração das demonstrações financeiras por parte dos mesmos. O mesmo requer-se na FASB 117, que para entidades sem fins lucrativos se prepare: a demonstração da posição financeira (Balanço), Demonstração de resultados (déficit ou superávit)⁸, demonstração do fluxo de caixa, e Demonstração alteração capital próprio.

8 – Para as organizações sem fins lucrativos usam-se as expressões: superavit (valor positivo, excedente) e deficit (valor negativo, por defeito).

Estas organizações procedem então ao registo de todos os factos contabilísticos no diário de acordo ao estabelecido nas normas de relato financeiro presentes no nosso SNCRF.

Apesar disso, os mapas elaborados, são aqueles impostos pela instrução da preparação de contas a apresentar ao Tribunal de Contas, de acordo a lei que estabelece que este tem competências para tal, constante no B.O nº 26, II Série de 19 de Abril de 2012.

Tabela 1 - Lista dos Mapas requeridos para organização e prestação de contas ao Tribunal de Contas.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - Municípios, seus serviços autónomos e associações e Organismos e Serviços com autonomia financeira, incluindo os fixados no estrangeiro -	
Modelo Nº	DESIGNAÇÃO
1	Guia de Remessa
2	Conta de Gerência
3	Mapa de execução orçamental - Receita
4	Mapa de execução orçamental - Despesa
5	Mapa de responsabilidade do Tesoureiro (apenas para os Municípios)
6	Certidão de receita
7a	Certidão dos saldos em depósito
7b	Conciliação bancária
7c	Conciliação bancária consolidada
8a	Mapa de empréstimos obtidos - Aumentos
8b	Mapa de empréstimos obtidos - Diminuições
8c	Ficha dos empréstimos obtidos
9	Resumo dos documentos de cobrança
10a	Resumo dos documentos de despesa – Pessoal
10b	Relação dos documentos de despesa – Pessoal
11a	Resumo dos documentos de despesa – Outros
11b	Relação dos documentos de despesa – Outros
12a	Resumo das Operações de Tesouraria – Entradas
12b	Resumo das Operações de Tesouraria – Saídas
13a	Resumo das Operações Extra-Orçamentais – Entradas
13b	Resumo das Operações Extra-Orçamentais – Saídas
13c	Relação dos documentos de Operações Extra-Orçamentais
14	Relação dos bens de capital adquiridos durante a Gerência
15	Mapa de execução dos recursos consignados
16	Relação nominal dos responsáveis
17	Relação dos funcionários e agentes admitidos ou cuja situação se alterou durante a Gerência
18	Fichas de acumulação
19	Balanço
20	Demonstração dos Resultados por Natureza
21	Demonstração dos Resultados por Funções
22	Demonstração das alterações na Situação Líquida
23	Demonstração dos Fluxos de Disponibilidades

Fonte: B.O nº 26, II Série de 19 de Abril de 2012, pág. 11.

1.5.3 Rubricas das Demonstrações Financeiras dos Partidos Políticos: As fontes de financiamento (Receitas e as Subvenções) e as Despesas.

1.5.3.1. As Fontes de financiamento

Toda a entidade independentemente de qual sector pertence precisa de uma fonte, uma origem do capital que nela circula que pode derivar de várias origens. Em entidades privadas uma parte é integrada pelos sócios, sendo o capital próprio da empresa e na maioria dos casos a grande parte restante obtida por financiamentos.

Nos Partidos Políticos uma situação similar retrata mais necessidades, digamos que a totalidade dos recursos arrecadados para um auto-sustento dos mesmos deriva de receitas próprias, empréstimos e subvenções recebidas do Estado, uma vez que estes não possuem actividades como as privadas para arrecadação de recursos e obtenção de lucro e até mesmo reembolso dos empréstimos.

As fontes de financiamento dos Partidos políticos compõem-se então, de acordo ao Regime dos Partidos Políticos (R.P.P.), artigo 22º, nas **Receitas próprias e Subvenções do Estado**, as quais passaremos adiante a explicitar.

Receitas Próprias

Segundo Neto 2010, (apud Silva 2000), o Financial Accounting Standard Boards, define como Receita a entrada ou outro aumento de activos de uma entidade, ou liquidação dos seus passivos (ou a combinação de ambos), durante um período, proveniente de entrega ou produção de mercadorias, prestação de serviços, ou outras actividades que constituam as principais operações da entidade.

Pode ser definida ainda como a entrada monetária ou acréscimo de activos de uma entidade ou diminuição de obrigações que tem por consequência o aumento do património (Neto 2010).

As receitas partidárias são a entrada de recursos através de repasses, contribuições, doações efectuadas por outrem desde que estejam em conformidade com o estipulado na

lei servindo para a manutenção do próprio partido e fazer face a suas despesas tanto normais como de períodos eleitorais.

Como consta no R.P.P, artigo 33º, presente na Legislação Parlamentar do País, diante da contabilidade organizada deve-se proceder à discriminação das receitas indicando a forma de origem destas e objectivo, documentos de suporte e respectivos lançamentos que permitam verificar o cumprimento das normas e obrigações previstas na lei, seja de uma contabilidade organizada assim como do respeito das normas contabilísticas.

Ainda neste mesmo regime encontram-se no artigo 23º as receitas tidas como receitas Partidárias:

- a) As quotas e outras contribuições de filiados no partido;
- b) O produto de actividades de angariação de fundos, desenvolvidas por mandatários financeiros do partido;
- c) Os donativos pecuniários recebidos de pessoas singulares e colectivas, nos termos da presente lei, artigo 24º;
- e) Os rendimentos de bens, valores, direitos, participações e serviços próprios;
- f) O produto de empréstimos e outros créditos obtidos em instituições de crédito instaladas no país;
- g) O produto de heranças e legados, comprovado por documentos que titulem a sua atribuição;
- h) Outras estabelecidas por lei.

Os Donativos como já foi mencionado estão estipulados no artigo 24º do Regime dos Partidos Políticos o qual apresenta:

1. Os partidos políticos podem receber donativos de natureza pecuniária ou em espécie de pessoas singulares ou colectivas nacionais residentes ou sedeadas no país, ou de eleitores cabo-verdianos residentes no estrangeiro.

2. Os donativos de natureza pecuniária concedidos por pessoas colectivas devem ser deliberados pelo órgão social competente e não podem exceder 10% do total anual das receitas do partido, nem, por cada doador e por ano, 5% do seu capital social.
3. Os donativos de natureza pecuniária concedidos por pessoas singulares não podem exceder 500.000\$00 por cada doador.
4. Os donativos anónimos não podem exceder 2% do total das receitas anuais do partido, nem, por cada doador, o montante de 100.000\$00.
5. Os donativos admissíveis de valor superior a 10.000\$00 devem ser entregues ou transferidos ao partido em moeda escritural, e documentados por mera declaração do administrador financeiro sob compromisso de honra.

É de salientar que as contribuições feitas pelos partidos políticos devem ser comprovadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes, com a identificação de quem as prestou, o que acontece de igual modo a qualquer outra contribuição feita por pessoas singulares ou colectivas, devendo dispor de documento comprovativo assinado pelo doador e pelo administrador financeiro referenciando a moeda escritural em que se concretizou a operação.

Quando se trate de donativos em espécie, o respectivo documento comprovativo deve discriminar completamente o seu número ou quantidade, o seu objecto e o valor a ele atribuído, que não pode ser inferior ao seu valor de mercado. (R.P.P 2011)

Sobre as receitas produzidas por actividades de pré-campanha ou campanha eleitoral são discriminadas com referência à actividade, ao local e à data ou ao período da sua realização comprovadas por declaração do mandatário financeiro responsável sob compromisso de honra, discriminando a origem dos fundos angariados e os respectivos documentos de suporte, (R.P.P 2011).

Outro elemento importante nas receitas próprias dos Partidos Políticos são os **Empréstimos**, que grande parte das receitas constituem mas que tem-se revelado de certa forma complicados para estas entidades no que se refere ao seu reembolso. Estes

como forma de comprovativo de obtenção de receita desta origem de acordo ao artigo 33º, nº 6, é apenas dispor dos documentos das instituições de crédito.

Por outro lado temos as **Subvenções do Estado**, que servem de apoio à realização dos fins próprios destas entidades (artigo 26º a 28º do regime dos partidos políticos).

Deve constar no orçamento do estado para cada ano, principalmente em anos de eleições a subvenção a disponibilizar aos Partidos Políticos. Em anos decorrentes normais deve constar a – Subvenção para funcionamento do Partido (artigo 27º do R.P.P) atribuída aos partidos com representação parlamentar, distribuída de forma proporcional ao número de votos obtidos e paga em duodécimos.

Ainda no orçamento do mesmo deve constar uma parte destinada á Subvenção para campanhas eleitorais (artigo 28º), que consiste na atribuição de quatrocentos escudos por voto validamente expresso, atribuída no prazo máximo de dez meses a contar da data da respectiva eleição.

Todas as receitas de cada partido político são depositadas numa ou mais contas bancárias abertas, em nome do partido, em qualquer instituição bancária instalada no país, ou para elas transferidas, (artigo 32º nº 1, R.P.P).

1.5.3.2. Despesas Partidárias

Ao oposto das receitas dispõem-se as despesas, que são a saída de recursos financeiros, que indicaria o aumento de passivos ou diminuição dos activos de dada entidade de forma mais sucinta.

Segundo Cherman (2002), apud (Neto 2010), as despesas são gastos utilizados de forma indirecta, ou directa, na obtenção de receitas.

Nos Partidos Políticos as despesas resume-se na manutenção da Sede, despesas de campanhas eleitorais, etc.

As despesas partidárias são a saída de recursos obtidos, para fazer face a novas formas de obtenção dos mesmos. Isso mostra-se possível em épocas eleitorais, as despesas de

campanha para persuasão de novos militantes ou fortalecimento da fidelização daqueles já existentes na entidade.

As despesas são discriminadas por categoria, de acordo com o Plano Oficial de Contas, referenciando-se e arquivando-se o correspondente documento justificativo em relação a cada acto de despesa. (artigo 33º nº 8, R.P.P.).

No R.P.P. não se especifica de igual modo às receitas, as despesas partidárias, porém com o acesso a mapas contabilísticos elaborados e consultados, pôde-se evidenciar os que se seguem como exemplos:

- a) Salários do pessoal;
- b) Aluguer do espaço para sede;
- c) Despesas com limpeza, material de escritório;
- d) Despesas com material publicitário em épocas eleitorais;
- e) Outras...

Todas as despesas de cada partido político são realizadas pela movimentação a débito de uma das contas bancárias abertas em nome do partido, (Artigo 32º, nº 2, R.P.P).

Ainda no R.P.P, artigo 25º, constam os financiamentos que não são permitidos para estes como contribuições de Autarquias locais, Sindicatos, associações profissionais, sociedade de capitais públicos, instituições estrangeiras, outros serviços ou contribuições do Estado, ou de associações, fundações ou instituições tuteladas por este, entre outros.

Algumas limitações necessárias, para o correcto funcionamento económico do país, conjugada de uma contabilidade devidamente aplicada que reduz ocorrência de actos ilícitos ao qual podem facilmente estar sujeitas a estas.

1.6 – Contabilidade e Controlo de Gestão para Transparência na organização

As entidades do terceiro sector, dado ao seu grande apoio em questões sociais têm adquirido uma posição de grande importância no meio económico-social de cada país.

Porém, para a continuidade deste sucesso, as mesmas enfrentam um grande impasse que é a sustentabilidade sem meios próprios suficientes para as suas actividades que atentem a missão estabelecida, dependendo assim, da captação de recursos de acordo a forma como conseguem conquistar os doadores dos mesmos. Para que sejam superadas tais dificuldades, é indispensável garantir a transparência da situação económico-financeira e do desempenho social, Lima (2013).

Lima (2013), nos aponta que, Milani (2009), apud (Santos 2010), detém a ideia de que a publicação e evidenciação da informação contabilística são elementos essenciais para a sobrevivência e transparência nas organizações num ambiente em que precisam lutar para obtenção de recursos financeiros e não financeiros.

Eleva-se então a importância da contabilidade nesta questão, pois é a responsável pela organização e demonstração das operações realizadas nas entidades de forma clara.

Por sua vez, um gestor usa estas informações como forma de melhor gerar benefícios na entidade e na sociedade que oferecem a possibilidade de aumento da sua credibilidade junto às fontes de recursos ⁹.

A contabilidade é uma ciência que uma vez aplicada correctamente não dá margem a muitos desacertos. Já a gestão com alterações que podem surgir nas informações que utiliza, deve constantemente estar actualizada gerando os mesmos ou mais benefícios para uma entidade, perceptíveis até para o exterior.

⁹ – Disponível em: http://www.contabilidadeamazonia.com.br/artigos/artigo_59artigo_3.pdf 10 set 2014

A coordenação entre estas duas ferramentas gera condições propícias de transmissão de credibilidade aos utentes e fontes de recursos. O bom desempenho faz transparecer as medidas e acções certas escolhidas e uma organização bem efectuada na mesma.

Sem estes dois sistemas as organizações dificilmente lidariam com a incerteza da envolvente com eficiência e eficácia, fazendo com que houvesse uma deficiente afectação dos recursos e probabilidade de insucesso das mesmas.

1.7 – Proposta e apresentação do *Balanced Scorecard* como modelo de controlo de gestão nos Partidos Políticos.

O modelo de gestão a se apresentar, consta dos exemplos que foram mencionados acima como modernos instrumentos, para gestão e controlo de gestão eficazes nas organizações. Foi este o instrumento escolhido por apresentar-se mais adequado a entidade dada a sua actividade e seu objectivo, aos quais este modelo pode ser facilmente moldado.

Enquanto os outros estão mais voltados para uma avaliação do desempenho nas áreas financeiras e ligadas à produção, ou seja, o foco está em analisar a rentabilidade da entidade e o processo e técnicas da produção, os produtos, e/ou a qualidade, o *Balanced Scorecard* difere destes pela capacidade de medir tudo, abrigando no seu conceito a dimensão de avaliação de eventos não financeiros, como no caso dos Partidos Políticos, que são entidades do terceiro sector, não dispendo a produção ou venda como sua actividade ou que também não objectivam o lucro.

Sendo possível de se implementar em qualquer entidade, inclusive esta em estudo, este é o modelo a se propor ao Partido Político – UCID, como forma de melhoria na sua gestão, para um complemento à informação gerada pela contabilidade e consequente alcance eficaz dos objectivos delimitados.

2.3.1 – *Balanced Scorecard*

Breve enquadramento

O *Balanced Scorecard* foi desenvolvido na década de 90` por Robert Kaplan e David Norton. Inicialmente para eles, era um sistema de mensuração do desempenho. Posteriormente, foi conceituado como um sistema de gestão estratégico.

Algum tempo depois, foi abordado pelos mesmos como uma técnica de gestão que fornece aos gestores a visão geral e integrada da performance organizacional sob 4 (quatro) perspectivas: Financeira, Clientes, Processos internos, aprendizado e crescimento (Dos Santos, 2013, pág. 6).

Segundo Russo (2006), apud Dos Santos (2013), em muitas empresas que foi aplicado esse estudo em 1990, reconheceram que os sistemas de medição usadas na altura eram insuficientes para a avaliação do desempenho, obtendo um bom resultado com este modelo alternativo aos tradicionais, resultado este publicado posteriormente pela revista *Harvard Business Review*.

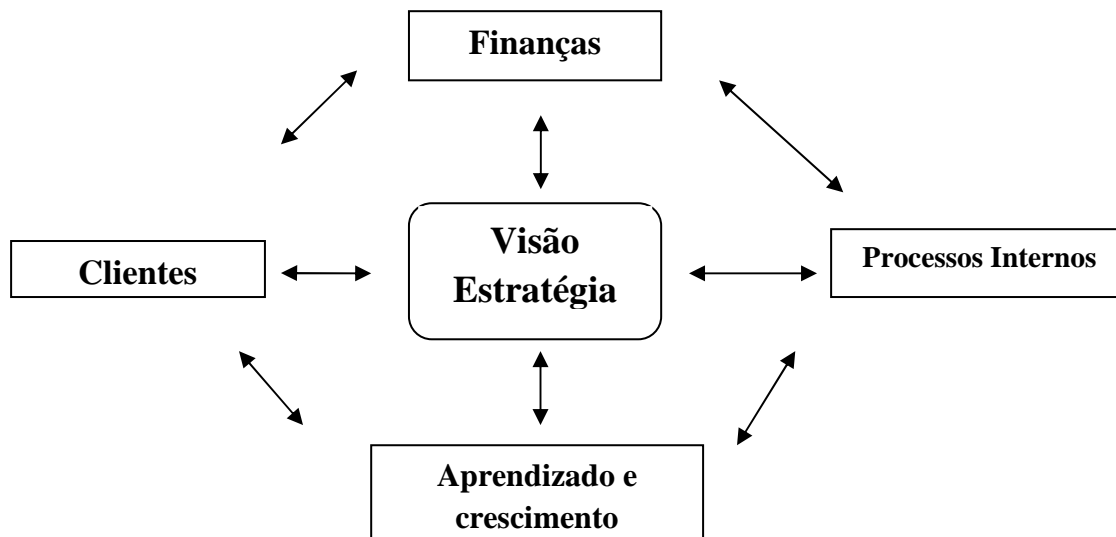
Para Prado (2002), o *Balanced Scorecard*, é um conceito que vem se tornando um sucesso para a gestão de empresas, pois apresenta-se como um bom sistema de gerenciamento estratégico e uma ferramenta útil para gerir a empresa de forma pró-activa no curto e longo prazo.

Visa atender uma das grandes preocupações dos gestores, em acompanhar e assegurar que os objectivos de estratégia da empresa serão executados e alcançados.

A escolha e compreensão de como funciona a ferramenta gerencial são fundamentais para a entidade, pois apoia no acompanhamento e monitorização das evoluções das decisões da empresa, centradas em indicadores chaves.

O *Balanced Scorecard* pode então ser decomposto em 4 (quatro) perspectivas, em que cada uma deve ter seus objectivos, metas e iniciativas bem definidas e explícitas.

Ilustração 1 - O *Balanced Scorecard* e suas perspectivas



Fonte: Guia *Balanced Scorecard*, pág.16

Finanças – relativa aos objectivos financeiros a longo prazo da empresa. A questão a se colocar é: “O que fazer para ser bem visto pelos accionistas?”

Cliente – Informações acerca do segmento alvo. Apresentando-se a seguinte pergunta: “Como deveríamos ser vistos pelos nossos clientes?”.

Processos Internos – Identificação dos processos internos cruciais que criam valor e diferenciam a entidade. A questão colocada é: “Em que processo se deve alcançar a excelência para a satisfação dos nossos clientes/accionistas?”.

Aprendizado e Crescimento – procura-se o talento e capacidade interna para realizar os objectivos. Questiona-se “Como sustentar a capacidade de mudar e melhorar?”

2.3.1.1 Componentes do *Balanced Scorecard*

De acordo a Rodrigues (2010), apud (Santos, 2013), existem alguns componentes do modelo que Kaplan e Norton estabelecem que devem estar contidos dentro de cada perspectiva:

- Objectivos (estratégicos) – traduzem a visão do futuro em objectivos organizados;
- Indicadores (chave de desempenho) – estes informam como é medido e acompanhado o sucesso de cada objectivo.
- Metas de longo prazo – nível de desempenho esperado ou taxa de melhoria necessária para cada indicador.
- Acções (a desenvolver) – planos de acção e projectos associados às metas fixadas ao longo do tempo, que devem ser implementadas a fim de viabilizar o seu alcance.

Uma área de grande importância do BSC, que maior desenvolvimento e debate tem gerado, é a questão de relações de causa efeito, entre as medidas de desempenho que mais recentemente evoluíram para o conceito de Mapas Estratégicos.

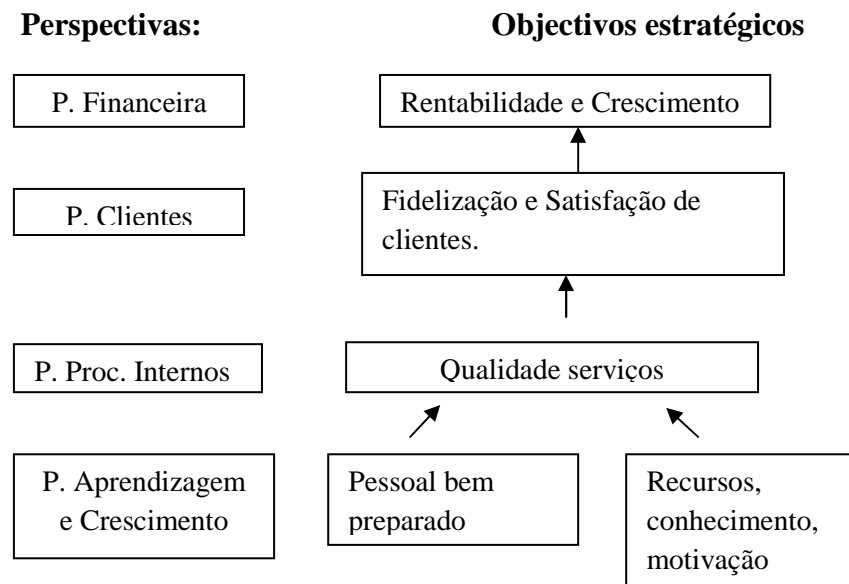
Segundo Kaplan e Norton, 2004, os mapas estratégicos demonstram a forma como a estratégia organizacional estabelece a relação entre os activos intangíveis e a sua transformação/ conversão em desempenho/criação de valor, através dos processos internos da mesma, (Major e Vieira, 2012).

Das quatro perspectivas, a Financeira e a de Clientes, reflectem esta formação de valor para os clientes e proprietários da organização, já a perspectiva de processos internos e de aprendizagem e crescimento concentra-se em identificar e explorar os activos intangíveis dentro da mesma e que mais criam valor à entidade.

Assim, nestes mapas estratégicos observa-se a relação de causa-efeito propriamente dita, que é a relação existente entre os objectivos e medidas de desempenho integradas para cada uma destas perspectivas, (Major e Vieira, 2012).

Para uma maior clareza sobre esta parte da matéria, passa-se a exemplificar com um esquema simples de mapa estratégico:

Ilustração 2 - Exemplo Mapa estrategico



Fonte: Dos Santos (2013, pág. 15). Adaptado Russo, 2006, pag 51.

A ligação das perspectivas e objectivos neste exemplo passa-se a explicar do seguinte modo:

Para o alcance dos objectivos como rentabilidade e crescimento, que dependendo de empresa para empresa pode ser medido pelo EVA, é necessário que haja clientes fidedignos e satisfeitos, já que são eles que dão maior receita e influenciam directamente o objectivo financeiro (vectores de desempenho na perspectiva do cliente). Todavia, para que se mantenha um índice de satisfação elevado, apresenta-se como necessário um excelente nível de qualidade de serviço, ou seja, ter cumprimento dos prazos de execução (vectores de desempenho na perspectiva dos processos internos). Ainda assim, para que haja cumprimento de prazos, é necessário assegurar o uso de determinados recursos tecnológicos e um grupo de colaboradores com qualificação

adequada (desempenho na perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento), Dos Santos (2013, pág., 16).

Assim se explica e reforça os pressupostos da relação entre os diversos componentes estratégicos aquando da elaboração de um mapa estratégico para implementação do *Balanced Scorecard* numa organização.

2.3.1.2 – Princípios deste modelo:

Este modelo baseia-se sobre os princípios a seguir¹⁰:

Princípio nº 1: Mobilizar a mudança por meio da liderança executiva

A estratégia requer modificações na maior parte da Organização, e o trabalho em equipa deve estar coordenado para essas alterações. A implementação da estratégia exige atenção e concentração nas iniciativas e na execução de mudanças, e os resultados alcançados devem ser avaliados continuamente.

Os gestores de topo precisam ser líderes activos do processo, para que as alterações possam de facto ocorrer, e a estratégia ser implementada.

Princípio II: Transformar a estratégia em termos operacionais

Os gestores precisam fornecer aos colaboradores descrições completas das tarefas a desempenhar, pois, se não tiverem conhecimento dos objectivos da empresa, eles não poderão aperceber-se qual a função a desempenhar nesta. Assim torna-se necessário ter instrumentos que lhes facilitam não só comunicar a sua estratégia a todos os membros das Organizações, mas também informá-los sobre os processos que farão com que a estratégia seja implementada.

10 – Disponível em: <http://bscportugal.blogspot.com/2007/12/os-cinco-principios-do-balanced.html>

Princípio III: Alinhar a Organização com a estratégia

As Organizações são constituídas por um conjunto de divisões e unidades de negócio.

Então para a obtenção da máxima eficácia, a estratégia e os *Scorecards* de todas as unidades devem estar alinhados e conectados uns com os outros.

As conexões permitirão excelentes interações entre as diversas unidades de negócios. Deste modo, o *Balanced Scorecard* auxilia as empresas a ligar a estratégia geral da empresa com as unidades de negócio.

Princípio IV: Transformar a estratégia em tarefa de todos

Este princípio consiste em por a par todos os funcionários sobre a estratégia da empresa, de forma que estes percebem a estratégia e conduzem as suas tarefas quotidianas, para contribuir para seu êxito.

Alguns autores afirmam que os funcionários devem ser comunicados e educados sobre a estratégia e deve haver um desenvolvimento de objectivos pessoais e de equipa compatíveis com o sucesso estratégico.

Um programa de incentivos e recompensas que estabeleça a ligação entre o desempenho da Organização e as recompensas individuais pode facilitar ainda mais esta adaptação.

Princípio V: Fazer da estratégia um processo contínuo

Este processo abrange a gestão táctica, com base nos orçamentos financeiros e em revisões mensais e a gestão da estratégia em um processo contínuo. A estratégia deve estar conectada ao processo orçamentário, devendo ser realizadas reuniões para revisão da estratégia e ser desenvolvido um processo de aprendizagem que adapte a

estratégia. Nesse sentido, criam-se assim condições para o alinhamento do ciclo orçamental com o ciclo da estratégia.

2.3.1.3 Vantagens e Desvantagens do modelo de *Balanced Scorecard*

Todo o instrumento ou estudo de aplicação prática, trás consigo vantagens da sua aplicabilidade bem como desvantagens, por isso, passaremos a expor as vantagens e desvantagens desse modelo convenientes de conhecer no caso de implementação do mesmo.

Vantagens do BSC:

- Acompanhamento contínuo da visão e da estratégia da empresa;
- Facilita a comunicação e a transmissão da estratégia da empresa;
- Esclarece e traduz a visão e missão da empresa;
- Proporciona uma visão clara de toda a Organização;
- Facilita a avaliação de todos os processos da empresa;
- Integra todo o sistema da empresa;
- Disponibiliza informações tanto financeiras como não financeiras;
- Proporciona um feedback de todo o processo estratégico;
- Facilita o acompanhamento e monitoramento das execuções de todas as tarefas para atingir os objectivos definidos;

A literatura aponta às seguintes desvantagens do *Balanced Scorecard*, tais como:

- Dificuldades de definição de objectivos e indicadores não financeiros;
- Dificuldade para alimentar o BSC;
- Focalização em apenas aspectos internos, sem dar ênfase a envolvente externa e reflectir sobre as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do negócio.
- Elevados investimentos principalmente em tempo mas também algum em dinheiro, uma vez que o *Balanced Scorecard* é um processo contínuo;
- Inclusão de informações irrelevantes no BSC, que poderão induzir a obtenção de resultados não realistas.

Alguns autores afirmam que a grande desvantagem do BSC prende-se com a dificuldade da sua utilização em certos casos, na definição de indicadores, originando resultados

pouco realistas algumas das vezes. Contudo, isto deve-se essencialmente à forma deficiente de como o modelo é, por vezes, executado.

2.3.1.3 – Fases de Implementação do *Balanced Scorecard*, (Modelo Kaplan & Norton):

Conhecidos alguns pontos a ter em conta sobre o modelo de *Balanced Scorecard*, procede-se a descrição das fases de implementação do modelo de forma acessível e detalhada a serem seguidas por uma empresa que decida implementar este instrumento.

È de realçar que segundo estes autores, este modelo não é um modelo obrigatório nem único, assim nota-se pela adaptação de vários autores, deste modelo, alterando-o como por exemplo aumentando as perspectivas.

1ª Fase: Definição da arquitectura de Indicadores:

- a) Escolher a parte da organização a se implementar o BSC (para entidades pequenas é mais vantajoso pois pode-se aplicar na totalidade). O facto da entidade provavelmente dispor já de uma estratégia para alcançar os objectivos seria melhor.

2ª Fase: Conseguir um consenso em relação aos objectivos estratégicos:

- a) Realizar a 1ª série de entrevistas: o responsável por todo o processo de implementação, prepara o material básico do BSC (documentos internos sobre visão, missão e estratégia da empresa e sobre seu meio).

Deve dispor desse material aos gestores de topo, que após o analisarem, devem se reunir com este responsável de forma a este obter informações acerca dos objectivos estratégicos e indicadores para cada perspectiva. Ao longo da reunião o mesmo deve apresentar o modelo BSC aos gestores e traduzir a estratégia em objectivos e iniciativas operacionais concretas.

- b) Após as entrevistas, o responsável pelo processo, analisa o resultado das entrevistas, destacando os pontos importantes a desenvolver, preparando uma lista de objectivos e medidas que servirão na reunião a seguir com os gestores. O objectivo nesta reunião seguinte é de obter o consenso sobre os objectivos para cada perspectiva e potenciais indicadores e relativamente ao BSC no geral.

3ª Fase: Escolha de Indicadores

- a) Reunião com Subgrupos (empresa com diversas partes) em que os subgrupos de acordo a perspectiva que representam, terem 4 objectivos:
- Melhorar a descrição dos objectivos estratégicos definidos na reunião com o responsável pelo processo;
 - Identificar para cada objectivo os indicadores que melhor espelham as intenções deste;
 - Identificar as fontes de informação necessárias para cada indicador;
 - Para cada perspectiva indicar as relações entre seus indicadores e entre essa perspectiva e as outras.
- b) Segunda série de reunião com gestores de topo:
- Reunião que deve abranger os quadros intermédios, para debater sobre a visão, estratégia, objectivos e seus indicadores a incluir no BSC.

4ª Fase: Plano de Implementação:

- a) Desenvolvimento do plano de implementação:
- Os representantes do subgrupo, formalizam as metas a alcançar, e desenvolvem o plano de implementação do BSC.
- b) Reunião com gestores de topo:
- Obter o consenso final acerca da visão, objectivo, medidas e validar propostas e metas.
- c) Finalizar o plano de implementação:

Se a organização não dispor já de um sistema de gestão será necessário elaborar um plano de actuação organizado com base na melhor informação disponível com prioridades consistentes com o BSC.

CAPITULO II – METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta-nos a metodologia utilizada para desenvolvimento deste trabalho de fim de curso, cujo objectivo è demonstrar o contributo da contabilidade e controlo de gestão na tomada de decisão e demonstração de transparência nos Partidos Políticos.

Relativamente ao método de investigação, procedeu-se a uma pesquisa de carácter descritiva e exploratória.

Descritiva porque se pretende actuar no sentido de explicar as particularidades de um dado grupo pelo levantamento de todos os dados inerentes a este, bem como da descrição do modelo de controlo de gestão, o *Balanced Scorecard*, passível de se implementar em organizações deste grupo; E exploratória por se pretender proporcionar uma maior proximidade com o problema em causa.

Ainda a pesquisa é uma pesquisa bibliográfica, que segundo (Gil, 1991) apud (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010), consiste num estudo a partir de materiais já publicados, como livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na internet.

Deu-se espaço ainda a um estudo de caso, que de acordo a (Kauark, et al. 2010), envolve o profundo e exaustivo estudo de um ou poucos objectos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento, neste caso da pratica contabilística, controlo de gestão e apresentação do BSC para o partido político UCID.

Pronta a parte teórica do trabalho, segue-se à colecta de dados para a execução do trabalho. Os meios utilizados para esta recolha foram: Aplicação de questionário ao líder do partido, observação directa e análise documental que se encontram em anexo.

Foi feita uma análise cuidadosa e cruzamento dos dados obtidos do questionário, com a observação directa e da análise documental, para extracção da informação necessária à elaboração do trabalho.

CAPITULO III – ESTUDO DE CASO

2.1 Breve caracterização da entidade

Designação: União Cabo-Verdiana Independente Democrática.

Sede: Mindelo, São Vicente e Delegação na Praia.

Forma Jurídica: Organização Sociedade Civil

Registro e início actividade: ano de 1991, após abertura política na consequência de não-aceitação do monopartidarismo presente no país após a independência do mesmo.

É um partido político de inspiração cristã, fundamentando a sua finalidade numa democracia política, social, económica e cultural, sob a presença de um Estado de direito e de acordo a seu programa para a nação Cabo-Verdiana.

Objectivo

Promoção do progresso, defesa de uma sociedade equilibrada, do bem-estar da população, a concórdia e dignificação do homem e da mulher com união e justiça.

Missão

Lutar para uma justiça social, através da obtenção de uma economia forte que sirva de base, fazendo juízo a uma filosofia cristã de ajuda mútua e união para obtenção duma máxima comodidade para todos.

Princípios:

- Defesa de um espírito de união, justiça, e igualdade.
- A liberdade de discussão e reconhecimento do pluralismo de opiniões dentro dos órgãos próprios do partido;
- Respeito de todos os militantes pelas decisões da maioria.

2.2 Análise dos resultados

Para um estudo prático analisaram-se dados do Partido de União Cabo-verdiana Independente Democrática (UCID), referentes a 3 anos consecutivos.

Tabela 2 - Despesas ocorridas nos seguintes períodos:

(Em esc.)

Rubricas	Anos		
	2010	2011	2012
Despesas			
F.S.E	1 498 694	1 072 247	1 342 368
Out. Despesas	1 898 986	444 109	10 454 233
Despesas c/ pessoal	219 402	307 133	299 156
Total	3 617 082	1 823 489	12 095 757

Fonte: Elaboração própria.

As Despesas ¹¹ compostas pelas rubricas Fornecimentos e Serviços Externos, Outras despesas e Despesas com pessoal, mostram oscilação nestes três anos.

No total de despesas, nota-se uma diminuição no segundo ano em análise e um aumento quatro vezes mais no terceiro, em relação ao anterior, destacando-se como o ano de mais despesas.

11 – Informações do mapa nº 3,4 e 5 em anexo.

Esta variação é devida ao aumento da rubrica Outras despesas no terceiro ano com um peso de 86,43% do total destas.

Tabela 3 - Receitas ocorridas nos seguintes períodos:

(em esc.)

Rubricas	Anos		
	2010	2011	2012
Receitas			
Receitas Correntes	2 020 479	1 985 682	3 601 081
Receitas Não Correntes	2 100 644	68 450	7 510 900
Total	4 121 123	2 054 132	11 111 981

Fonte: Elaboração própria

Relativamente às Receitas ¹², temos duas rubricas, a de receitas correntes e as não correntes. Estas acabam por sofrerem as mesmas oscilações que as despesas. Começa com um valor, diminuindo no segundo ano, e aumentando aproximadamente cinco vezes mais no terceiro, em relação ao valor do segundo ano.

Esses aumentos severos no terceiro ano em análise, explicam-se com a obtenção de um elevado valor de financiamento bancário como receita, no valor de 7 500 000 \$00, e de um elevado saldo relativo a despesas de campanha do ano anterior de 9 590 173\$00, que constam nos mapas mais detalhados em anexo.

12 – Informações do mapa nº 1, 2 e 3 em anexo

Tabela 4 - Receitas versus Despesas

(em escudos Cabo-verdianos)

Rubricas	Anos		
	2010	2011	2012
Receitas	4 121 123	2 054 132	11 111 981
Despesas	3 617 082	1 823 489	12 095 757
Receitas-Despesas	504 041	230 643	-983 776
% Δ	12,23	11,23	-8,85

Fonte: Elaboração Própria

Neste quadro vê-se a que nível as receitas obtidas ao longo de cada ano fazem face às despesas tidas em cada período.

Nota-se que nos dois primeiros anos, os recursos obtidos foram aplicados na sua maioria porém sempre ficando um remanescente a cada período.

Já no terceiro ano as despesas são maiores que as receitas, ficando um significativo valor negativo. No resultado abaixo verificam-se os resultados em termos percentuais de cobertura das despesas pelas receitas.

Tabela 5 - Resumo contas gerência

(em Esc)

Rubricas	Anos		
	2010	2011	2012
Despesas	3 617 082	1 823 489	12 095 757
Receitas	4 121 123	2 054 132	11 111 981
Saldo Gerência anterior	22 583	526 624	757 267
Saldo Gerência actual	526 624	757 267	-226 509

Fonte: Elaboração própria

Neste quadro, para além do total das receitas e das despesas, também incluiu-se o saldo das outras gerências calculando-se assim o valor total gerado pelo partido em cada período.

O cálculo para este saldo é o seguinte:

$$\text{S.G. Actual} = \text{Receitas} - \text{Despesas} \pm \text{S. G. Anterior}$$

Em 2010 temos um saldo de gerência anterior de 2009, resultado positivo que constitui digamos que reserva para, juntamente das novas receitas ter meios de cobrir as despesas, gerando um novo remanescente para o ano de 2011.

Já em 2012 os resultados alteram-se dado o grande valor de despesas que enfrentam, passando então a um saldo negativo a transferir-se para o ano seguinte.

Pelo que se pôde apurar, nos dois primeiros anos em análise, os recursos demonstraram-se suficientes para responder às despesas efectuadas, traduzindo-se numa gestão adequada das origens bem como das despesas que surgem com a necessidade de manter o funcionamento da organização.

Todavia, como já foi reparado nas análises, os dados alteram-se significativamente no terceiro ano, dado ao facto do ano anterior ser ano de eleições seja legislativas seja presidenciais, abalando um tanto quanto os níveis de resultados normalmente registados.

O aumento brusco das despesas, não é acompanhado de um aumento proporcional por parte das receitas, gerando por conseguinte um valor negativo de gerência merecendo atenção por parte dos responsáveis financeiros.

Isto porque, no último período em análise em que ocorre o aumento dos resultados provocados pelo saldo da campanha anterior e pelo empréstimo obtido, a exorbitante despesa exigida para uma campanha não é nem de longe possível de se suportar com as receitas normais que o Partido normalmente obtém.

Surge a necessidade deste se endividar desta forma para fazer face ao evento, um acto que poderá vir a desregular e de que forma a gestão de recursos e despesas para os anos seguintes.

2.2.1 Aspectos relativos a Contabilidade do Partido

Como forma de tomar conhecimento relativo a prática contabilística efectuada na entidade, solicitaram-se todas as informações disponíveis, os mapas contabilísticos organizados na mesma.

A possível elaboração de quadros que nos dão informação acerca das origens e aplicações dos fundos do Partido, dá sinal de que a organização dispõe pelo menos de uma contabilidade, um mínimo possível, organizada.

De facto, a organização, em acordo ao exigido por lei, possui a sua contabilidade constituída, para fins de elaboração e divulgação de informação financeira e prestação de contas da mesma.

O que vem em análise, é a forma como esta entidade dispõe e apresenta a informação contabilística que como se pôde constatar diverge daquilo instruído no nosso normativo de contabilidade.

A contabilidade feita nesta entidade é uma contabilidade executada no chamado base ou regime de caixa, (O Contabilista Adelino Fonseca em comunicação pessoal, 23 de Setembro de 2014), com periodicidade anual de sua elaboração. Ou seja, apropriada as receitas e as despesas somente aquando dos respectivos recebimentos e pagamentos, independentemente de quando estas se incorrem.

Como já foi visto, pelo facto dos Partidos Políticos serem submetidos, por lei, a prestar contas ao Tribunal de Contas e serem fiscalizados pelo mesmo - lei nº 84/IV/93, artigo 3º, nº 3 Jurisdição do Tribunal de Contas.

Ora, sendo sujeitos ao Tribunal de contas, estas entidades, terão por conseguinte que ir de acordo ao exigido por este, em todas as instruções de organização e prestação das

contas, desde os mapas a elaborar até a prestação de contas propriamente dita, (Lei nº 84/IV/93, artigos 1º, 2º e 9º, que aprova as instruções para a prestação de contas das entidades a submeterem-se a este Tribunal).

Contudo, nas circunstâncias de terem que responder em acordo com a lei, não faz com que isso implique ao não uso do nosso normativo.

Muito embora a contabilidade elaborada seja no regime de caixa, dado que os Partidos Políticos são incluídos na base de prestação de contas de entidades como Autarquias locais, Estado e outros, não impede, para quem assim queira, a elaboração de uma contabilidade no regime de acréscimo como o do SNCRF praticado pelas empresas comerciais. Neste sentido, o líder partidário com apoio dos restantes responsáveis pela conduta da entidade e do responsável contabilístico da mesma, tem vindo procurar formas de actualização, adequação e aperfeiçoamento da prática contabilística feita na entidade.

Porém a realidade é que seria um trabalho em vão colocá-la da mesma forma que nas entidades comuns que usam nosso SNCRF, visto que, obrigatoriamente para os partidos é pedido de outra forma para transmissão de uma mesma informação, ficando praticamente sem valor para uso.

2.2.2 Aspectos relativos a Transparência, Tomada de Decisão e Gestão

Para efeito de apurar o nível de transparência, a gestão efectuada e o processo de tomada de decisão por parte desta entidade recorreu-se a aplicação de um questionário ao líder do partido.

Primeiramente de acordo a transparência, verificou-se um favorável nível da mesma, pelo modo de colocação de forma aberta de toda a informação contabilística e não contabilística produzida nesta organização, resposta aos questionários, abertura ao funcionamento e ambiente interno desta, tudo de forma muito clara.

Relativamente à tomada de decisão, o líder do partido responsável por legar a decisão final, serve das informações financeiras elaboradas para se situar em que limiar a organização se encontra e para a maioria das suas decisões a tomar.

Reconhece que estas informações contabilísticas elaboradas retratam muito bem, e de forma verdadeira, a real situação em que se encontra uma organização tendo ele próprio total confiança nestas peças aquando da sua utilização.

As peças contabilísticas são sempre consultadas por parte do líder do partido e seus colaboradores, apesar de em certas ocasiões ter tomado decisões com direcção contrária àquilo transmitido e/ou “aconselhado” pelas mesmas, devido a necessidade de realizar certas acções, tendo para isso um esforço pessoal por parte dos responsáveis.

Quanto a gestão, a medida tomada para a gestão da entidade, consiste apenas em consultar os resultados provenientes da informação produzida pela organização contabilística de que dispõem, e tomar medidas no sentido de minimizar o excesso de saídas que têm vindo a ter e elaborar novas formas de angariação de fundos, pois a única forma que dispõem de cobrir as despesas é de recorrer a empréstimos e o grau de endividamento começa a tomar valores excessivos.

O controlo desta gestão é feito no ano seguinte em que têm em disposição novamente a tradução numérica do seu desempenho.

A forma de gestão praticada e observada no partido, não pode ser considerada uma prática muito útil. Apesar de basear-se em dados contabilísticos que retratem a real situação da entidade, são valores referentes a acção de gerência passada.

Mesmo que, por exemplo, nos primeiros anos, tenha-se tido um bom resultado, não têm como saber mais especificamente qual a acção que no fundo promoveu esse bom desempenho. Assim como no último ano em análise verificou-se uma significativa alteração dos resultados que podem ocultar a face de uma gestão ineficaz aquando da época das eleições, ou excesso de saídas sem controlo sobre os recursos ao qual dispunham.

Outro aspecto a que se teve conhecimento, foi a falta de elaboração de orçamentos, como forma de organizar e controlar as receitas e as despesas para um futuro próximo do partido.

Assim, como forma de ultrapassar a estas hesitações, proceder-se-á a proposta e apresentação de um modelo que permite uma eficiente gestão e controlo da mesma, como forma de fortalecer o contributo dado pela contabilidade e desenvolver uma gestão mais aprimorada na entidade.

2.3 Simulação da aplicação do modelo BSC, para o Partido UCID:

O modelo proposto e apresentado, como já foi dito pelos próprios criadores do mesmo, não é um modelo obrigatório e único, muitos autores, desenvolveram a partir deste um modelo adaptado mas mais composto dada a outras complexidades que algumas entidades apresentam e também como forma de ultrapassar algumas desvantagens indicadas, como por exemplo o facto de não incluir um estudo do ambiente externo, das oportunidades e ameaças.

Todavia, o modelo apresentado foi o modelo de raiz, que se apresenta numa forma mais simplificada possível e para facilmente se moldar ao Partido, podendo também em caso de necessidade ser adaptado de acordo às informações que se podem obter, que se encontram em falta e que servirão na gestão da entidade.

A seguir se apresenta então o produto resultante da aplicação do modelo de *Balanced Scorecard* no partido UCID, lembrando que acções como definição de objectivos bem definidos, da visão, princípios e situação estratégica da empresa servirão de apoio na implementação deste modelo.

Tabela 6 - Produto passível de resultar da aplicação do BSC de Norton & Kaplan no partido político – UCID.

Perspectivas	Objectivos	Indicadores	Planos Acção
Financeira	Aumento de receitas	Tx aumento receitas	Aumentar eventos de angariação
	Redução de despesas	Tx redução despesas	Eliminar despesas supérfluas
Clientes(militantes)	Fidelização militantes	Nível satisfação militantes	Estreitar relações com militantes (estar mais presente)
	Aumentar militantes	Nº novos militantes	Impressionar novas pessoas
Processos Internos	Melhoria nas relações com militantes e simpatizantes	Nível de satisfação militantes e simpatizantes	Aumentar as relações com militantes
	Empenho em apoios solicitados	Nível de influencia que consegue efectuar pra situações de bem estar do povo	Tornar-se mais público e bem-vindo
Aprendizado e crescimento	Actualização tecnológica	Nível de motivação dos colaboradores	Eliminar factores de desmotivação
	Incentivar colaboradores	Nº de novas aquisições e usos tecnológicos	Facilitar e apoiar colaboradores que procuram mais desenvolvimento intelectual

Fonte: Elaboração própria

2.4 – Apreciações finais e recomendações

Considerações finais

Do estudo feito ao partido UCID quanto a contabilidade, gestão e controlo de gestão, apurou-se que relativamente a contabilidade, apesar de haver uma certa organização e elaboração de documentos contabilísticos, não são elaborados todos aqueles requeridos pela entidade responsável de os definir. Sendo que, a não elaboração destes documentos, leva à falta de informações que possam vir a servir para a tomada de decisões na organização;

Ainda, esta questão pode suscitar dúvidas a cerca de transparência, pois, pode parecer um caso de ocultação de dados.

Quanto a gestão e ao sistema de controlo desta, constatou-se dispor de uma ineficaz forma de gestão, pois, como vimos, as informações contabilísticas preparadas não são todas aquelas requeridas, pelo que não se usufrui da real quantidade de informação que poderiam ter para servir de base em gerir a empresa.

Outro facto que se constatou foi a tomada de decisões de forma contraditória ao que demonstram as informações contabilística, ou seja, casos como, não dispondo de meios para execução de algumas acções, estas são efectuadas assim mesmo pelo uso dos recursos pessoais, não havendo então separação do património da entidade com a dos líderes partidários ou gestores desta.

Apesar dos factos acima dispostos não se apresentarem muito favoráveis, a empresa tem os seus bons pontos. Primeiramente desde o ano passado, começou-se a expor uma preocupação quanto a melhoria da forma contabilística efectuada na entidade.

O Partido é muito aberto, em relação a divulgação dos seus dados, minorando a ideia de possível ocultação de dados por parte deste.

Tentam uma gestão da organização com os dados de que dispõem, apesar desta não poder fazer grande efeito, por não ter material para tal.

Recomendações de melhoria

Por recomendações entendemos primeiramente a solução dos problemas que foram identificados. Ou seja, sugestão de acções a efectuar para ultrapassar estas questões.

Acções como, começar por tentar elaborar todos os mapas contabilísticos estabelecidos por lei, como o balanço, a demonstração de resultados e os orçamentos; Aqueles que, mesmo não estabelecido por lei, porém acrescentem algum valor em termos de informação para a gestão, serão as primeiras medidas recomendadas. Ajudando desta forma ainda a caracterizar a empresa como uma entidade transparente.

Assim, automaticamente passar-se-ia a dispor de informação suficiente para uma melhor gestão da organização, e mais certeza na tomada de decisão.

No que concerne ainda a gestão, aconselha-se aprimorar esta prática através de implementação de algum sistema de controlo, como o *Balanced Scorecard* sugerido, ou de algum outro que a entidade com apoio de um profissional possa vir a encontrar e notar mais eficiente e apropriado para a entidade.

Recomenda-se ainda intensificar as acções executadas para angariação de fundos, como forma de reverter o grande impasse em que se encontram quanto ao nível de endividamento.

Assim seriam estes, os primeiros passos de melhoria para uma gestão eficiente, que apoiem à tomada de decisão com mais certezas, e aumento do nível de transparência da entidade, a serem estabelecidos na organização.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.1 - Conclusões

Um fim social é um objectivo que hoje em dia tem adquirido muita atenção do exterior. A constante mudança no meio, surpreendeu em muitas áreas geográficas a todos os níveis, tecnológico, cultural, geográfico e económico. Foram sucedendo séries de alterações que até hoje ainda nem todas são bem enfrentadas.

As entidades de fins sociais são provas disto, quando subsistem da falha de regulamentação no país que deixa a descoberto pontos que são abrangidos por estas entidades. Assim a permanência destas na sociedade é de extrema importância.

Contudo, a sustentabilidade destas entidades constitui o grande desafio para as próprias organizações, que se mantêm com doações do Estado, contribuições e quotas, e como no caso dos Partidos políticos quotas dos militantes.

Por natureza, estas organizações detêm um centro de atenção e pressão para uma eficiente gestão dos recursos públicos em cima delas. O que constitui preocupação suficiente para aquisição de meios para desenvolver uma gestão de excelência legando transparência a todos que se interessem.

Neste ponto, realça-se a contabilidade, que se apresenta como uma das ferramentas que muito apoio concede à gestão. É importante que a contabilidade e gestão nessas entidades seja vista porém, de uma forma diferente daquela vista nas outras organizações que objectivam o lucro. Da mesma forma que a prática contabilística e de gestão executada também é diferente, não tendo que ser necessariamente uma prática menos eficiente.

Assim a contabilidade apoia fortemente a gestão com o contributo de informações divulgadas para a tomada de decisão por parte do gestor e transmissão de transparência.

Foi neste contexto que a elaboração deste trabalho permitiu a identificação do nível do contributo oferecido pela contabilidade e pela gestão na tomada de decisão e demonstração de transparência nos Partidos Políticos.

O enquadramento teórico fornece toda a informação precisa acerca da importância da contabilidade e da gestão numa entidade. Uma contabilidade bem aplicada e uma gestão bem feita com base em dados credíveis e suficientes nota-se no desempenho final da entidade, pois permite a tomada de decisões de forma acertada e uma demonstração de transparência que dado o levantamento de dados nessa questão permitiu a resposta à pergunta de partida.

Assim, ao longo deste, foi atingido o objectivo o geral, de ver qual o contributo que a contabilidade e gestão têm para a tomada de decisão nestas entidades e os objectivos específicos de ver a prática contabilística, como o seguimento das regras de contabilidade e uso das informações contabilísticas bem como do grau de eficiência da gestão nas mesmas.

Pôde-se verificar de que apesar da disposição de uma certa organização contabilística, ainda é possível aperfeiçoar mais esta prática para a obtenção de informações contabilísticas mais credíveis e completas, e verificou-se ainda a necessidade de uma gestão mais bem executada e de um controlo desta.

O sistema de controlo da gestão, é um instrumento que não se deve deixar de lado pois é a ferramenta que garante a continuação de uma gestão eficiente, considerado então como outro elemento fundamental para a sobrevivência de uma organização.

A realização deste trabalho contribuiu para o conhecimento da incidência e importância destas práticas numa área menos conhecida – os Partidos Políticos.

3.2 – Recomendações

Aconselha-se primeiramente a uma implementação de uma adequada prática contabilística para auxílio da gestão, a qualquer entidade por mais simples ao mais complexo que seja a sua actividade. As informações contabilísticas têm um enorme valor quando bem produzidas.

Também, recomenda-se o uso destas informações contabilísticas para a gestão após uma correcta análise dos dados divulgados por estas, para uma gestão eficiente na entidade. Bem como o uso de instrumentos modernos que permitam o controlo da gestão feita na entidade. A perfeita conjugação destas duas ferramentas é fulcral para a permanência de uma entidade no meio em que se encontra.

Um estudo desenvolvido que abrangesse os outros partidos políticos reforçaria o conhecimento acerca das práticas contabilísticas e de gestão que existem nestes, assim como identificaria falhas semelhantes caso houvesse.

Dando por findo este trabalho, sugere-se ainda a implementação propriamente dita do modelo de Balanced Scorecard na entidade, observação e análise da diferença de resultados com e sem a aplicação desta ferramenta.

BIBLIOGRAFIA

Livros

KAUARK, F., MANHÃES, F., MEDEIROS, C. (2010) - *Metodologia da pesquisa. Um guia prático*. Bahia.

M. P. ALMEIDA, Rui & F. L. BARROS, Argentina (2009) – O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro de Cabo Verde. Praia.

PRADO, Lauro Jorge (2002) – Guia *Balanced Scorecard*. Jaguariaúna.

PRODANOV, Cleber & FREITAS Ernani (2013) – Metodologia de Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de pesquisa e de trabalho acadêmico. Rio Grande do Sul, 2ª Edição.

VIEIRA, Rui & J. MAJOR, Maria (2012) – Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática.

Revistas e Artigos

STROEHER, Angela Maria & FREITAS, Henrique (2008) – O uso das demonstrações contábeis nas pequenas empresas.

Disponível em: <http://www.rausp.usp.br>

C. DOS PASSOS, Quismara – A Importância da Contabilidade no processo de tomada de decisão.

Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br> consultado no dia 16/08/2014, 15h30mn.

L. DE MELO Thamiris, L. DOS SANTOS Julyane & X. DE SOUSA Erica – Transparência Contábil: Um estudo sobre a prestação de contas em uma entidade do terceiro sector em Maceió.

Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br> consultado em 08/09/2014, 12h45mn.

QUATRIM, Nayara Cristina, GARCIA Osmarina, & GARCIA Elias – A comparação da contabilidade dos partidos políticos com a contabilidade de uma micro empresa.

Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br> consultado em 28/10/2013, 17h17mn.

DOS SANTOS, Jacinto – A Economia Social em Cabo Verde: Entre o público e o privado lucrativo, uma via de autopromoção social e económica das populações mais desfavorecidas.

Disponível em: <http://www.un.cv/> acessado a 31/03/2014, 17h35mn.

Teses e Dissertações

C. NETO, Nilto José (2010) – A contabilidade como ferramenta de Gestão: Análise de sua utilização pelos directórios dos Partidos Políticos do município d São José em Santa Catarina. Florianópolis. Trabalho de conclusão de curso.

Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294104> consultado em 5/12/2013, 16h12mn.

DOS SANTOS, Cleston Alexandre (2010) – Práticas de contabilidade das organizações sem fins lucrativos de Curitiba. Curitiba. Dissertação de Mestrado.

Disponível em: <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br> acessado em 16/03/2014, 21h45mn.

D. M. FONSECA, Maria Deolinda (2007) – Terceiro Sector, Governabilidade e *Balanced Scorecard*. ISCTE. Dissertação Mestrado.

Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv>, acessado em 20/03/2014, 16h41mn.

L. DA CRUZ, Pedro (2012) – Ideologia Políticas: Direita e Esquerda em Cabo Verde, de 1975 a 2010. Lisboa. Tese de Mestrado.

Disponível em: <https://www.repository.utl.pt> consultado em 10/10/2013, às 14h57mn.

L. DOS SANTOS, Démes Patrício (2013) – Aplicação de um modelo de *Balanced Scorecard* na clínica Medicentro: Vantagens e desvantagens. Mindelo. Trabalho de fim de curso.

Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv> consultado em: 10/10/2014, 09h53 mn.

P. Da SILVA, Bartolomeu (2012) – O papel do profissional contabil na prestação de contas dos Partidos Políticos para a tomada de decisão da sociedade. São Francisco de Barreiras, Trabalho de conclusão de curso.

Disponível em: <http://semanaacademica.org.br> acessado em 04/01/2014, 01h23mn.

S. LIMA, Helena Cilene (2013) – O contributo da contabilidade numa gestão transparente das OSFL: Caso ADECO. Mindelo. Trabalho de fim de curso.

Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv> consultado em: 20/03/2014, às 15h55mn.

Legislação

B.O nº7, 3º Suplemento, 19 de Fevereiro de 92.

B.O nº 26 II Série, de 1 de Abril de 2012.

Decreto Lei nº 12-C/97 – Código Civil de 1997

Lei Constitucional nº2/III/90 - Constituição Republica de Cabo Verde

Lei nº 25/VI/2003 – Lei regime jurídico geral de constituição de associações de fins não lucrativos.

Lei nº 84/IV/93 – Competência, organização e funcionamento do Tribunal de Contas e respectivos juízes.

Lei nº 92/V/99 - Código Eleitoral

Lei nº102/V/99 - Legislação Parlamentar Essencial

Outras fontes online:

<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/gestao.htm>

<http://www.portal-gestao.com>

<http://www.infopedia.pt>

<https://www.google.cv>

<http://www.fasb.org/cs/>

http://www.contabilidadeamazonia.com.br/artigos/artigo_59artigo_3.pdf 10 set 2014

<http://bscportugal.blogspot.com/2007/12/os-cinco-principios-do-balanced.html>

ANEXOS



Mapa Comparativa

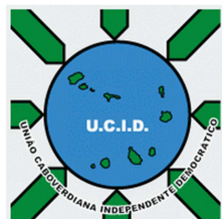
ENTRE A RECEITA ORÇADA E COBRADA

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010

Ano Económico: 2010

Classificação Orçamental	Designação da Receita	Orçamento			Diferença (2) - (1)	
		Inicial	Final Rectificado (1)	Receita Cobrada (2)	Para Mais	Para Menos
	Receitas do Exercício					
	Receitas Correntes	0,00	0,00	2 020 479,00	0,00	0,00
	Subsídios do Estado e Entidades			1 527 779,00		
	Contribuições de militantes			492 700,00		
	Receitas Não Correntes	0,00	0,00	2 100 644,00	0,00	0,00
	Alienacao de activos			0,00		
	Donativos de particulares			2 040 644,00		
	Empréstimos bancários			0,00		
	Empréstimos terceiros			60 000,00		
	Subvenções do estado			0,00		
	TOTAL:	0,00	0,00	4 121 123,00	0,00	0,00

Anexo nº 2 – Comparativo receitas ano 2011



Modelo Nº 3

Mapa Comparativa

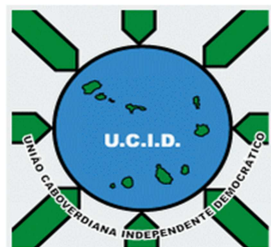
ENTRE A RECEITA ORÇADA E COBRADA

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011

Ano Económico: 2011

Classificação Orçamental	Designação da Receita	Orçamento			Diferença (2) - (1)	
		Inicial	Final Rectificado (1)	Receita Cobrada (2)	Para Mais	Para Menos
	Receitas do Exercício					
	Receitas Correntes	2 020 479,00	2 020 479,00	1 985 682,00	0,00	0,00
	Subsídios do Estado e Entidades	1 527 779,00		1 527 772,00		
	Contribuições de militantes	492 700,00		457 910,00		
	Receitas Não Correntes	2 100 644,00	2 100 644,00	68 450,00	0,00	0,00
	Alienacao de activos	0,00		0,00		
	Donativos de particulares	2 040 644,00		0,00		
	Empréstimos bancarios	0,00		0,00		
	Empréstimos terceiros	60 000,00		68 450,00		
	Subvenções do estado			0,00		
	TOTAL:	4 121 123,00	4 121 123,00	2 054 132,00	0,00	0,00

Anexo nº 3 – Comparativo receitas ano 2012



Mapa Comparativa

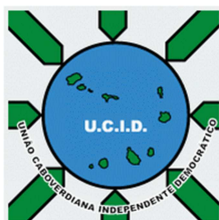
ENTRE A RECEITA ORÇADA E COBRADA

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012

Ano Económico: 2012

Classificação Orçamental	Designação da Receita	Orçamento			Diferença (2) - (1)	
		Inicial	Final Rectificado (1)	Receita Cobrada (2)	Para Mais	Para Menos
	Receitas do Exercício					
	Receitas Correntes	1 985 682,00	1 985 682,00	3 601 081,00	0,00	0,00
	Subsídios do Estado e Entidades	1 527 772,00		3 039 518,00		
	Contribuições de militantes	457 910,00		561 563,00		
	Receitas Não Correntes	68 450,00	68 450,00	7 510 900,00	0,00	0,00
	Alienacao de activos	0,00		0,00		
	Donativos de particulares	0,00		10 900,00		
	Empréstimos bancarios	0,00		7 500 000,00		
	Empréstimos terceiros	68 450,00		0,00		
	Subvenções do estado			0,00		
	TOTAL:	2 054 132,00	2 054 132,00	11 111 981,00	0,00	0,00

Anexo nº 4 – Comparativo Despesas ano 2010



Mapa Comparativa

ENTRE A DESPESA ORÇADA E A COBRADA

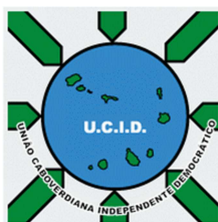
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010

Ano Económico: 2010

Classificação Orçamental	Designação da Receita	Orçamento	
		Inicial	Receita Cobrada (2)
3	Despesas do Exercício		3 397 680,00
3.1	Despesas Correntes		3 397 680,00
3.1.0.1	Fornecimento e Serviços Externos		1 498 694,00
3.1.0.1.0.1	Água		4 057,00
3.1.0.1.0.2	Electricidade		30 215,00
3.1.0.1.0.3	Combustíveis e lubrificantes		53 037,00
3.1.0.1.0.4	Conservação e manutenção		41 150,00
3.1.0.1.0.5	Conservação e reparação-serviços		0,00
3.1.0.1.0.6	Material de conservação e reparação		45 789,00
3.1.0.1.0.7	Viaturas e equipamentos		0,00
3.1.0.1.0.8	Outros materiais		0,00
3.1.0.1.0.9	Equipamentos de desgaste rápido		0,00
3.1.0.1.1.0	Consumo de secretaria		6 894,00
3.1.0.1.1.1	Rendas e alugueres		177 500,00
3.1.0.1.1.2	Representação dos serviços		136 778,00
3.1.0.1.1.4	Publicidade institucional		20 893,00
3.1.0.1.1.5	Material publicidade institucional		0,00
3.1.0.1.1.6	Comunicações		79 168,00
3.1.0.1.1.7	Seguros		2 918,00
3.1.0.1.1.8	Vigilância e segurança		0,00
3.1.0.1.1.9	Assistência técnica (projectos especiais, acordos)		0,00
3.1.0.1.2.0	Assistência técnica residente		0,00
3.1.0.1.2.1	Assistência técnica não residente		0,00
3.1.0.1.2.2	Deslocações e estadas		370 723,00
3.1.0.1.2.4	Transporte de inventários		0,00
3.1.0.1.2.5	Transporte de pessoal		20 700,00
3.1.0.1.2.6	Limpeza, higiene e conforto		0,00
3.1.0.1.2.7	Material limpeza		1 362,00
3.1.0.1.2.8	Serviço de limpeza		0,00
3.1.0.1.2.9	Trabalhos especializado		0,00
3.1.0.1.3.0	Donativos		0,00
3.1.0.1.3.1	Outros fornecimentos e serviços externos		501 990,00
3.1.0.1.3.2	Honorários		0,00
3.1.0.1.3.3	Contencioso e notariado		5 520,00

3.1.0.2	Outras Despesas Correntes	1 898 986,00
3.1.0.2.0.1	Impostos e Taxas	0,00
3.1.0.2.0.2	Imposto Circulação Viaturas	1 250,00
3.1.0.2.0.3	Outros Impostos Indirectos	2 467,00
3.1.0.2.0.4	Outros Impostos Diversos (Multas)	0,00
3.1.0.2.0.5	Despesas Financeiras	1 773 057,00
3.1.0.2.0.6	Juros de Financiamentos	74 300,00
3.1.0.2.0.7	Despesas com Serviços Bancarios	47 912,00
3.1.0.2.0.9	Reembolso Financiamento Particulares	0,00
3.1.0.3	Despesas Com o Pessoal	219 402,00
3.1.0.3.0.2	Salarios	219 402,00
TOTAL:		3 617 082,00

Anexo nº 5 – Comparativo despesas ano 2011



Mapa Comparativa

ENTRE A DESPESA ORÇADA E A COBRADA

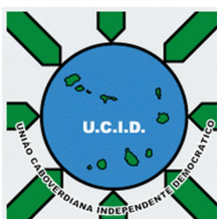
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011

Ano Económico: 2011

Classificação Orçamental	Designação da Receita	Orçamento	
		Inicial	Receita Cobrada (2)
3	Despesas do Exercício	3 397 680,00	1 516 356,00
3.1	Despesas Correntes	3 397 680,00	1 516 356,00
3.1.0.1	Fornecimento e Serviços Externos	1 498 694,00	1 072 247,00
3.1.0.1.0.1	Agua	4 057,00	2 482,00
3.1.0.1.0.2	Electricidade	30 215,00	32 302,00
3.1.0.1.0.3	Combustiveis e lubrificantes	53 037,00	35 892,00
3.1.0.1.0.4	Conservacao e manutencao	41 150,00	0,00
3.1.0.1.0.5	Conservacao e reparacao-servicos	0,00	0,00
3.1.0.1.0.6	Material de conservacao e reparacao	45 789,00	0,00
3.1.0.1.0.7	Viaturas e equipamentos	0,00	0,00
3.1.0.1.0.8	Outros materiais	0,00	0,00
3.1.0.1.0.9	Equipamentos de desgaste rapido	0,00	0,00

3.1.0.1.1.0	Consumo de secretaria	6 894,00	12 786,00
3.1.0.1.1.1	Rendas e alugueres	177 500,00	90 000,00
3.1.0.1.1.2	Representacao dos servicos	136 778,00	32 770,00
3.1.0.1.1.4	Publicidade institucional	20 893,00	190 240,00
3.1.0.1.1.5	Material publicidade institucional	0,00	109 720,00
3.1.0.1.1.6	Comunicacoes	79 168,00	67 728,00
3.1.0.1.1.7	Seguros	2 918,00	0,00
3.1.0.1.1.8	Vigilancia e segurança	0,00	0,00
3.1.0.1.1.9	Assistencia tecnica (projectos especiais, acordos)	0,00	0,00
3.1.0.1.2.0	Assistencia tecnica residente	0,00	0,00
3.1.0.1.2.1	Assistencia tecnica nao residente	0,00	0,00
3.1.0.1.2.2	Deslocacoes e estadas	370 723,00	155 127,00
3.1.0.1.2.4	Transporte de inventarios	0,00	0,00
3.1.0.1.2.5	Transporte de pessoal	20 700,00	42 500,00
3.1.0.1.2.6	Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
3.1.0.1.2.7	Material limpeza	1 362,00	0,00
3.1.0.1.2.8	Serviço de limpeza	0,00	0,00
3.1.0.1.2.9	Trabalhos especializado	0,00	69 000,00
3.1.0.1.3.0	Donativos	0,00	0,00
3.1.0.1.3.1	Outros fornecimentos e servicos externos	501 990,00	231 700,00
3.1.0.1.3.2	Honorarios	0,00	0,00
3.1.0.1.3.3	Contencioso e notariado	5 520,00	0,00
3.1.0.2	Outras Despesas Correntes	1 898 986,00	444 109,00
3.1.0.2.0.1	Impostos e Taxas	0,00	0,00
3.1.0.2.0.2	Imposto Circulação Viaturas	1 250,00	0,00
3.1.0.2.0.3	Outros Impostos Indirectos	2 467,00	0,00
3.1.0.2.0.4	Outros Impostos Diversos (Multas)	0,00	0,00
3.1.0.2.0.5	Despesas Financeiras	1 773 057,00	0,00
3.1.0.2.0.6	Juros de Financiamentos	74 300,00	0,00
3.1.0.2.0.7	Despesas com Serviços Bancarios	47 912,00	7 134,00
3.1.0.2.0.8	Saldos Contas UCID - Campanha	0,00	436 975,00
3.1.0.2.0.9	Reembolso Financiamento Particulares	0,00	0,00
3.1.0.3	Despesas Com o Pessoal	219 402,00	307 133,00
3.1.0.3.0.2	Salarios	219 402,00	257 979,00
3.1.0.3.1.5	Encargos sobre Remunerações		49 154,00
TOTAL:		3 617 082,00	1 823 489,00

Anexo nº 6 – Comparativo despesas ano 2012



Mapa Comparativa

ENTRE A DESPESA ORÇADA E A COBRADA

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012

Ano Económico: 2012

Classificação Orçamental	Designação da Receita	Orçamento	
		Inicial	Receita Cobrada (2)
3	Despesas do Exercício	1 516 356,00	11 796 601,00
3.1	Despesas Correntes	1 516 356,00	11 796 601,00
3.1.0.1	Fornecimento e Serviços Externos	1 072 247,00	1 342 368,00
3.1.0.1.0.1	Água	2 482,00	7 100,00
3.1.0.1.0.2	Electricidade	32 302,00	26 511,00
3.1.0.1.0.3	Combustíveis e lubrificantes	35 892,00	22 397,00
3.1.0.1.0.4	Conservação e manutenção	0,00	0,00
3.1.0.1.0.5	Conservação e reparação-serviços	0,00	0,00
3.1.0.1.0.6	Material de conservação e reparação	0,00	13 071,00
3.1.0.1.0.7	Viaturas e equipamentos	0,00	0,00
3.1.0.1.0.8	Outros materiais	0,00	0,00
3.1.0.1.0.9	Equipamentos de desgaste rápido	0,00	0,00
3.1.0.1.1.0	Consumo de secretaria	12 786,00	4 670,00
3.1.0.1.1.1	Rendas e alugueres	90 000,00	85 000,00
3.1.0.1.1.2	Representação dos serviços	32 770,00	7 900,00
3.1.0.1.1.4	Publicidade institucional	190 240,00	100 000,00
3.1.0.1.1.5	Material publicidade institucional	109 720,00	23 300,00
3.1.0.1.1.6	Comunicações	67 728,00	37 169,00
3.1.0.1.1.7	Seguros	0,00	0,00
3.1.0.1.1.8	Vigilância e segurança	0,00	0,00
3.1.0.1.1.9	Assistência técnica (projectos especiais, acordos)	0,00	0,00
3.1.0.1.2.0	Assistência técnica residente	0,00	0,00
3.1.0.1.2.1	Assistência técnica não residente	0,00	0,00
3.1.0.1.2.2	Deslocações e estadas	155 127,00	154 923,00
3.1.0.1.2.4	Transporte de inventários	0,00	0,00
3.1.0.1.2.5	Transporte de pessoal	42 500,00	3 800,00
3.1.0.1.2.6	Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
3.1.0.1.2.7	Material limpeza	0,00	8 945,00
3.1.0.1.2.8	Serviço de limpeza	0,00	0,00
3.1.0.1.2.9	Trabalhos especializado	69 000,00	0,00
3.1.0.1.3.0	Outras Despesas	0,00	802 582,00
3.1.0.1.3.1	Outros fornecimentos e serviços externos	231 700,00	45 000,00
3.1.0.1.3.2	Honorários	0,00	0,00
3.1.0.1.3.3	Contencioso e notariado	0,00	0,00

3.1.0.2	Outras Despesas Correntes	444 109,00	10 454 233,00
3.1.0.2.0.1	Impostos e Taxas	0,00	0,00
3.1.0.2.0.2	Imposto Circulação Viaturas	0,00	0,00
3.1.0.2.0.3	Outros Impostos Indirectos	0,00	55,00
3.1.0.2.0.4	Outros Impostos Diversos (Multas)	0,00	0,00
3.1.0.2.0.5	Despesas Financeiras	0,00	414 751,00
3.1.0.2.0.6	Juros de Financiamentos	0,00	422 283,00
3.1.0.2.0.7	Despesas com Serviços Bancarios	7 134,00	26 971,00
3.1.0.2.0.8	SalDOS Contas UCID - Campanha	436 975,00	9 590 173,00
3.1.0.2.0.9	Reembolso Financiamento Particulares	0,00	0,00
3.1.0.3	Despesas Com o Pessoal	307 133,00	299 156,00
3.1.0.3.0.2	Salarios	257 979,00	232 529,00
3.1.0.3.1.5	Encargos sobre Remunerações	49 154,00	66 627,00
TOTAL:		1 823 489,00	12 095 757,00

Conta de Gerência

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010

Ano Económico: 2010

Código	Débito	Importância		Código	Crédito	Importância	
		Parcial	Total			Parcial	Total
	Saldo da Gerência Anterior:		22 583,00	3	Despesas do Exercício		3 617 082,00
	Das Receitas	0,00		3.1	Despesas Correntes	3 617 082,00	
	De receitas orçamentais:				Fornecimento e Serviços Externos	1 498 694,00	
	Das entradas de fundos extra-orçamentais:			3.1.0.1			
	De Descontos Não Entregues	0,00		3.1.0.2	Outras Despesas Correntes	1 898 986,00	
	Receitas do Estado:			3.1.0.3	Despesas Com o Pessoal	219 402,00	
	Operações de tesouraria:						
	Sendo:						
	Em cofre:						
	Em depósito:	22 583,00					
	Diversos:						
			4 121 123,00		Saldo para a Gerência Seguinte		526 624,00
2	Receitas do Exercício				Das Receitas	0,00	
		2 020 479,00			De receitas orçamentais:		
2.0.1	Receitas Correntes				Das entradas de fundos extra-orçamentais:		
		0,00			De Descontos Não Entregues	0,00	
2.0.2	Receitas ,,,				Receitas do Estado:		
		2 100 644,00			Operações de Tesouraria:		
2.0.3	Receitas Não Correntes						

					Sendo: Em cofre: Em depósito: Diversos:	51 005,00 475 619,00	
	TOTAL:	-	4 143 706,00		TOTAL:	-	4 143 706,00

Conta de Gerência

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011

Ano Económico: 2011

Código	Débito	Importância		Código	Crédito	Importância	
		Parcial	Total			Parcial	Total
	Saldo da Gerência Anterior:		526 624,00	3	Despesas do Exercício		1 823 489,00
	Das Receitas	0,00		3.1	Despesas Correntes	1 823 489,00	
	De receitas orçamentais:			3.1.0.1	Fornecimento e Serviços Externos	1 072 247,00	
	Das entradas de fundos extra-orçamentais:			3.1.0.2	Outras Despesas Correntes	444 109,00	
	De Descontos Não Entregues	0,00		3.1.0.3	Despesas Com o Pessoal	307 133,00	
	Receitas do Estado:						
	Operações de tesouraria:						
	Sendo:						
	Em cofre:						
	Em depósito:	51 005,00					
	Diversos:	475 619,00					
					Saldo para a Gerência Seguinte		757 267,00

2	Receitas do Exercício		2 054 132,00		Das Receitas	0,00	
		1 985			De receitas orçamentais:		
2.0.1	Receitas Correntes	682,00			Das entradas de fundos extra-orçamentais:		
2.0.2	Receitas ...	0,00			De Descontos Não Entregues	0,00	
					Receitas do Estado:		
2.0.3	Receitas Não Correntes	68 450,00			Operações de Tesouraria:		
					Sendo:		
					Em cofre:		
					Em depósito:	212 425,00	
					Diversos:	544 842,00	
	TOTAL:	-	2 580 756,00		TOTAL:	-	2 580 756,00

Conta de Gerência

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012

Ano Económico: 2012

Código	Débito	Importância		Código	Crédito	Importância	
		Parcial	Total			Parcial	Total
	Saldo da Gerência Anterior:		757 267,00	3	Despesas do Exercício		12 095 757,00
	Das Receitas	0,00		3.1	Despesas Correntes	12 095 757,00	
	De receitas orçamentais:						
	Das entradas de fundos extra-orçamentais:			3.1.0.1	Fornecimento e Serviços Externos	1 342 368,00	

	De Descontos Não Entregues	0,00		3.1.0.2	Outras Despesas Correntes	10 454 233,00	
	Receitas do Estado:						
	Operações de tesouraria:			3.1.0.3	Despesas Com o Pessoal	299 156,00	
	Sendo:						
	Em cofre:						
	Em depósito:	212 425,00					
	Diversos:	544 842,00					
			11 111 981,00		Saldo para a Gerência Seguinte		-226 509,00
2	Receitas do Exercício				Das Receitas	0,00	
		3 601 081,00			De receitas orçamentais:		
2.0.1	Receitas Correntes				Das entradas de fundos extra-orçamentais:		
2.0.2	Receitas ...	0,00			De Descontos Não Entregues	0,00	
		7 510 900,00			Receitas do Estado:		
2.0.3	Receitas Não Correntes				Operações de Tesouraria:		
					Sendo:		
					Em cofre:	91 430,00	
					Em depósito:	-317 939,00	
					Diversos:		
	TOTAL:	-	11 869 248,00		TOTAL:	-	11 869 248,00

QUESTIONÁRIO

Contabilidade como instrumento para tomada de decisão e demonstração da transparência.

Atenção: Este questionário foi elaborado com finalidade de dar informação acerca da prática da contabilidade nos partidos políticos como ferramenta para a tomada de decisão e para demonstração de transparência nestas entidades. Agradecia-se a exposição da sua opinião nas suas respostas de forma verdadeira e apropriada relembrando que este questionário é anónimo e que os resultados são confidenciais.

1. Há quanto tempo esta na posição de líder do partido?

Mais que 1 ano(); Mais que 5 anos (); Mais tempo (X).

2. Quais as acções fulcrais exigidas na função de líder partidário?

Estar com atenção nos problemas económicos sociais da sociedade

3. Tenta estar a par das outras áreas nesta entidade?

Sim (X); Não (); As vezes ().

4. Geralmente, costuma apenas ter informações através do responsável de outra área o que se passa nesta? Ou tenta verificar?

Apenas sou informado pelo responsável ();

Tento verificar em outros meios (X).

5. Relativamente à área financeira que é mais delicada nestas entidades, esta a par do que acontece?

Sempre (X); Nunca (); As vezes ().

6. Qual tipo de contabilidade possui e/ou possuía antes da sua entrada no cargo?

Antes de entrar no cargo

Na actualidade(no cargo)

- Contabilidade terceirizada (); Contabilidade terceirizada (X);
- Contabilidade Propria (); Contabilidade Propria ().

7. Consulta os resultados obtidos pela elaboração de mapas contabilísticos?
Para que fins?

Sim, para tomada de decisões e consciencialização da posição do partido.

8. Usa estes dados para a tomada de decisão?

Sim (X); Não (); As vezes ().

9. Quanto pesa o resultado dos mapas contabilísticos e sua interpretação na sua função de líder (ou na tomada de decisão)?

Se baseia pouco nestes dados ();

Apenas se baseia nestes em algumas circunstâncias ();

Tenta sempre basear-se nestes (X).

10. Quanto pensa que os dados contabilísticos podem retratar a real situação da entidade?

Pouco (); Razoável (); Muito (X).

11. Confia então nos resultados contabilísticos?

Pouco (); As vezes (); Sempre (X).

12. Acha mesmo necessária a elaboração dos mapas contabilísticos e análise dos resultados obtidos pela contabilidade?

Sim (X); As vezes (); Não ().

13. Se não fosse dever legal fazer a prestação de contas desta entidade faria?

Sim (X); Não ().

14. Permite que, com a interpretação dos resultados por parte do responsável pela análise e interpretação dos mapas contabilísticos da entidade, se deixe transparecer o máximo de informação possível?

Sim, apesar que preferia manter a privacidade dos dados ().

Sim, gosta de ser totalmente transparente (X).

Não, porque tem direito a alguma privacidade ().

15. Resumindo qual a sua interpretação da exigência por lei da prestação de contas pelos partidos políticos?

Concordo com o exigido por lei, pois realmente é uma ferramenta útil e a lei existe para ser cumprida.